

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Relato Integrado

2020



SUMÁRIO

01

MENSAGEM DO
PRESIDENTE

02

VISÃO GERAL DO
TRE-MA

03

GOVERNANÇA,
ESTRATÉGICA E
DESEMPENHO

04

RISCOS,
OPORTUNIDADES E
PERSPECTIVAS

05

CONFORMIDADE E
EFICIÊNCIA DA
GESTÃO

06

RELACIONAMENTO
COM A SOCIEDADE

Mensagem do Presidente



Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Santos
Presidente do TRE-MA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), em consonância com o disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal e em observância às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta seu Relato Integrado referente ao exercício de 2020.

Dessa forma, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, apresenta aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à Sociedade, o Relatório de Gestão, registrando as principais atividades desenvolvidas durante o exercício de 2020, com o propósito de dar ampla publicidade e transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As informações constantes do Relatório de Gestão foram elaboradas de acordo com as disposições contidas nas Instruções Normativas n.ºs 63/2010 e 84/2020 e Decisão Normativa n.º 187/2020, emanadas do Tribunal de Contas da União - TCU.

Ele é composto por um conjunto de demonstrativos e documentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional, além da análise da gestão estratégica da instituição. A previsão constitucional do instituto de prestação de contas dá a exata dimensão de sua importância, representando um dos principais instrumentos de "accountability" do uso de recursos públicos

junto à sociedade.

Em 2020, o cenário foi desafiador, além das restrições orçamentárias e a redução da força de trabalho, ao mundo se impôs a pandemia do Coronavírus. Além de tais adversidades, a realização das eleições 2020 foram marcadas pela ameaça das "fakenews".

Apesar de tudo isso, obtivemos pleno êxito ao realizar eleições com a excelência e a qualidade que sempre marcaram as gestões da Justiça Eleitoral.

Assim, é com imensa satisfação que esta Presidência apresenta o relato integrado de gestão. Transparência e conectividade das informações continuam a ser a matéria prima de sua construção, cuja finalidade é demonstrar ao leitor a produção deste órgão durante o ano de 2020.

Elaborado na forma de relato integrado, o relatório permite melhor compreensão e propicia uma visão ampla e coesa dos atos praticados e os principais resultados obtidos pelo Tribunal no ano passado. O Relatório baseou-se no modelo de negócio do órgão e na sua cadeia de valor. Assim, os temas priorizados foram aqueles considerados significativos para o cidadão, tendo em vista a capacidade de afetar a geração de valor pela instituição.

Nessa perspectiva, relatar conquistas e aprimoramentos obtidos pela instituição é motivo de orgulho para todos os que, de certa forma, contribuíram para a execução dos objetivos estratégicos do Tribunal.

CONSTITUIÇÃO ATUAL DO PLENO DO TRIBUNAL



Joaquim Figueiredo
DESEMBARGADOR



Angela Salazar
DESEMBARGADORA



**Ronaldo Castro Desterro
e Silva**
JUIZ FEDERAL



**Lavínia Helena Macedo
Coelho**
JUÍZA DE DIREITO



Cristiano Simas
JUIZ DE DIREITO



**Luis Fernando Xavier
Guilhon**
JURISTA



Gilson Ramalho
JURISTA



Juraci Guimarães Júnior
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Visão Geral do TRE-MA

Identificação

COMO FOI CRIADO:

O TRE-MA é um órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Atualmente, é regido principalmente pelo Código Eleitoral de 1965 (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um órgão do Poder Judiciário Federal e tem como principais atividades a condução do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral.

As competências do TRE-MA estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 16 a 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-MA n. 9.030, de 24 de janeiro de 2017). Considerado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de médio porte.

A sede do TRE-MA está localizada na Av. Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917

Missão, visão e valores

Consolidando a sua finalidade precípua, este Regional possui um Plano Estratégico com declarações de Missão e Visão institucionais, elementos que sedimentam a unidade dos projetos planejados pelo órgão, alinhando-os à sua razão de existir e à busca contínua por um lugar no cenário ideal perante a sociedade.



MISSÃO

GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL



VISÃO

SER MODELO DE EXCELÊNCIA NA GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL



VALORES

Os valores institucionais permeiam todas as atividades desenvolvidas pelos servidores, colaboradores e magistrados, no interior do órgão ou em nome dele, caracterizando-se como traços culturais aceitos e estimulados por todos.



SER ACESSÍVEL
GARANTIA DE AMPLO ACESSO AOS SERVIÇOS DO TRE.



SER CÉLERE
ATENDER ÀS DEMANDAS EM TEMPO RAZOÁVEL.



SER ÉTICO
PRIMAR PELO RESPEITO AOS VALORES E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.



SER INOVADOR
APRIMORAR O PROCESSO ELEITORAL, INSTRUMENTALIZANDO NOVAS TECNOLOGIAS, PRIMANDO PELA SEGURANÇA.

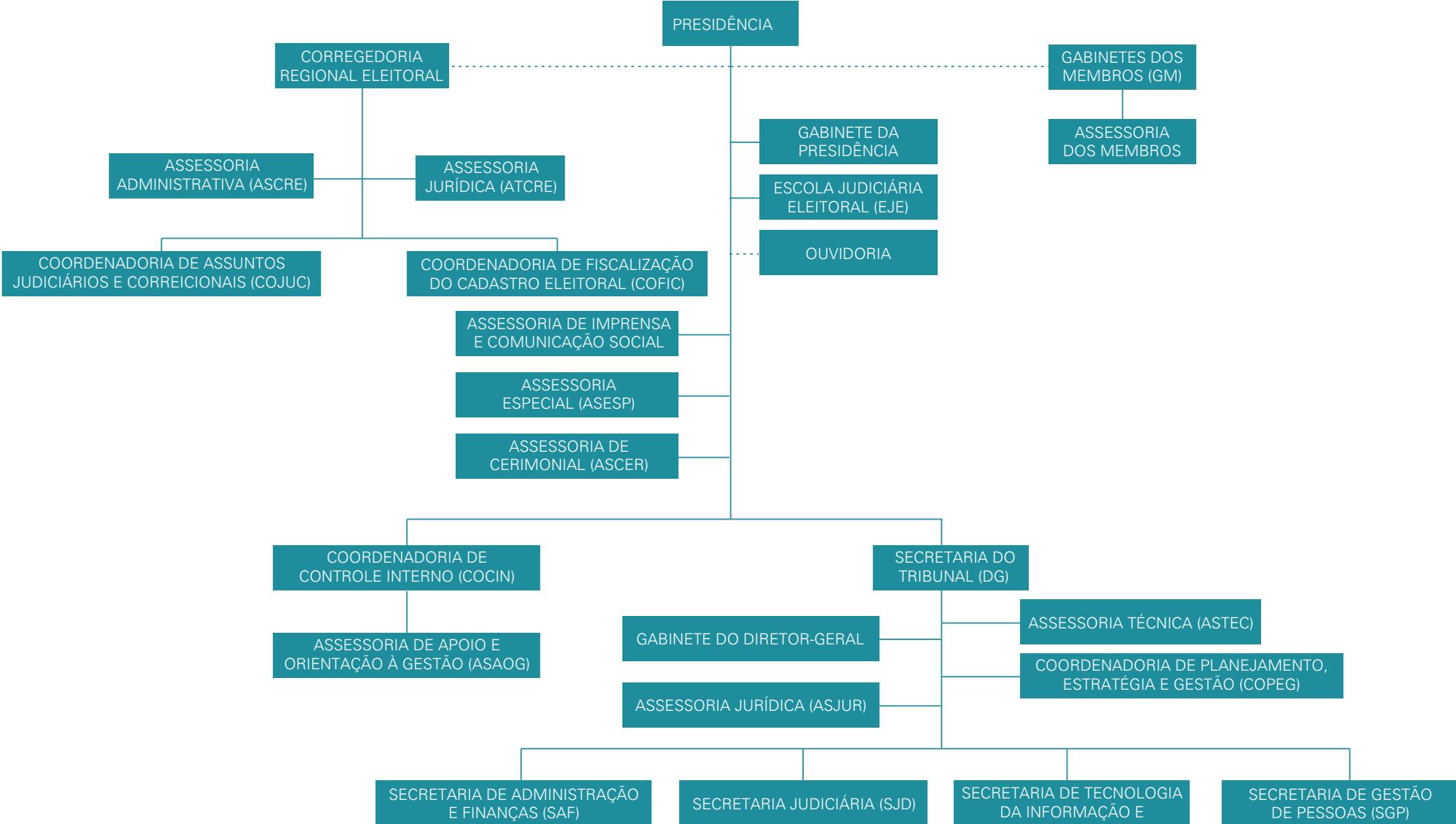


SER TRANSPARENTE
DISPONIBILIZAR AOS PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO, DE FORMA AMPLA E TRANSPARENTE, AS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.

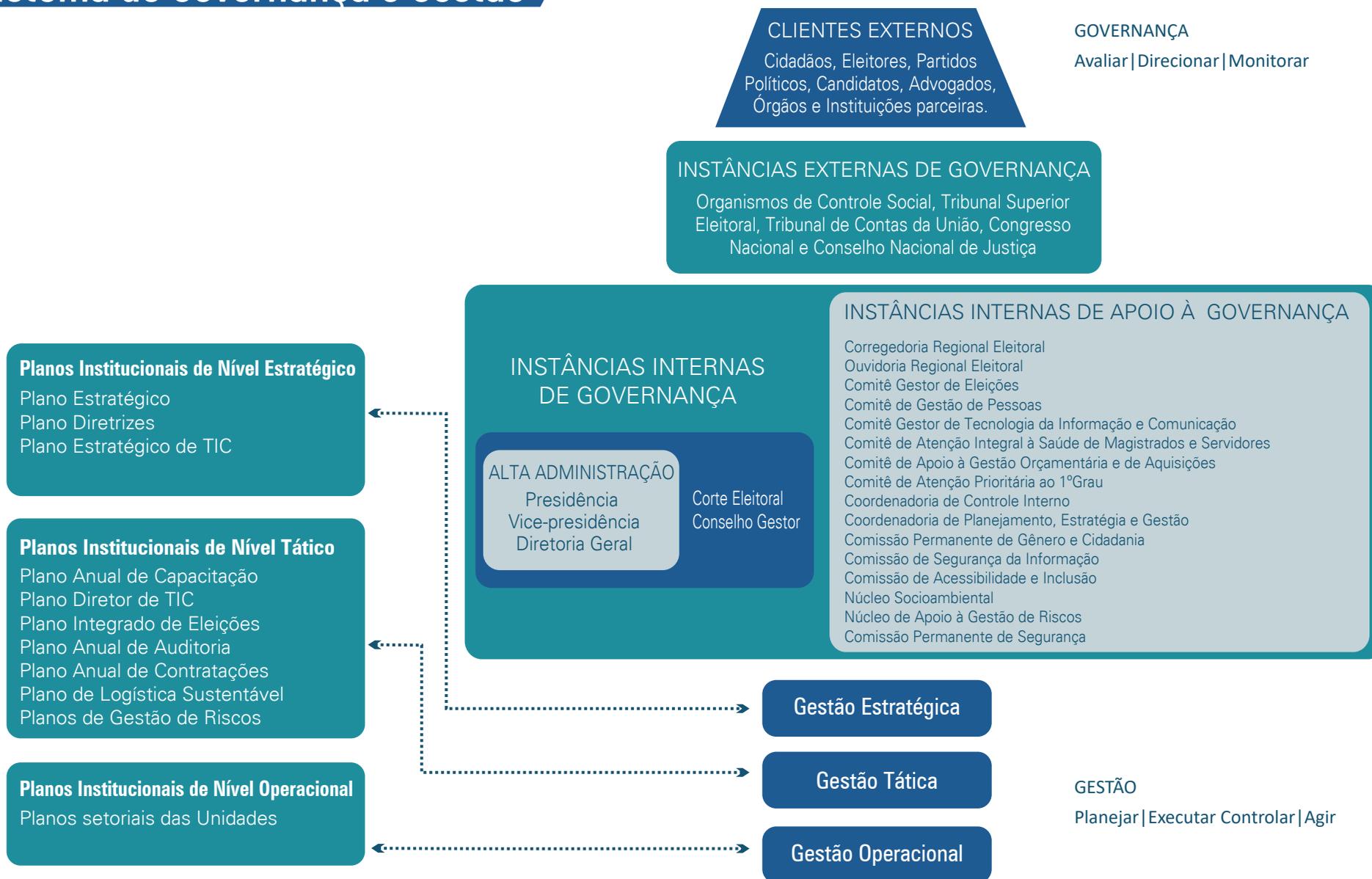


TER CREDIBILIDADE
OBTER A CONFIANÇA E O RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE EM TODAS AS AÇÕES.

Estrutura organizacional

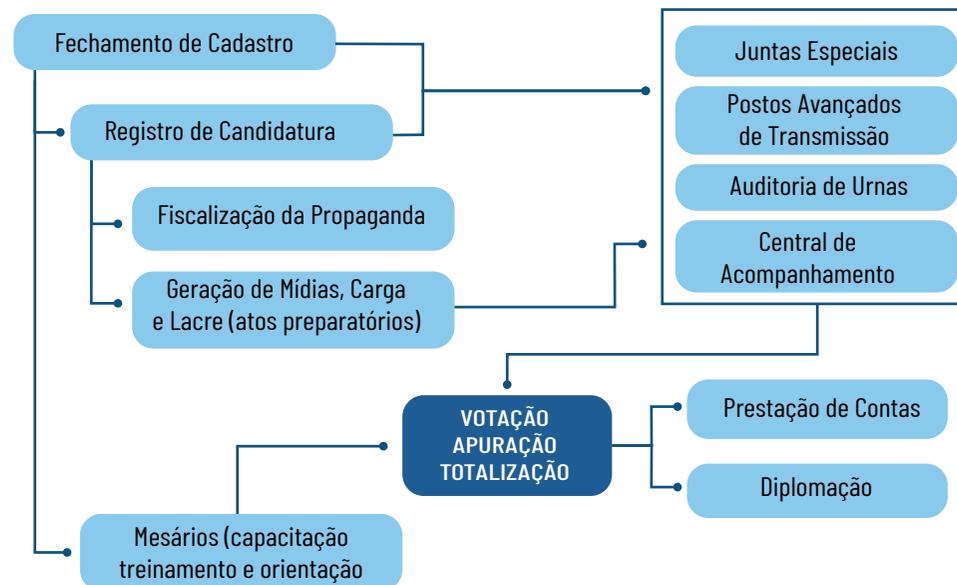


Sistema de Governança e Gestão



Eleições

Processos de Eleições



PROCESSOS DE APOIO:

Auxiliares de Apoio às Eleições

Capacitação

Comunicação

Contratações

Designação de Juizes para Atuarem em Pleitos

Eleições e Votações Simuladas

Logística de Urnas e Materiais de Votação

Material de Consumo

Oficial de Justiça

Recrutamento de Servidores

Reunião de Juizes e Chefes de Cartório

Segurança

Serviço Extraordinário

Suprimento de Fundos

Urnas e Suprimentos

Veículos

Modelo de negócio



Cadeia de valor

A cadeia de valor representa o conjunto de atividades e ações realizadas pelo Tribunal, agregadas em macroprocessos e processos, cujo o objetivo principal é entregar à sociedade, os valores contidos na missão e visão de futuro institucionais.

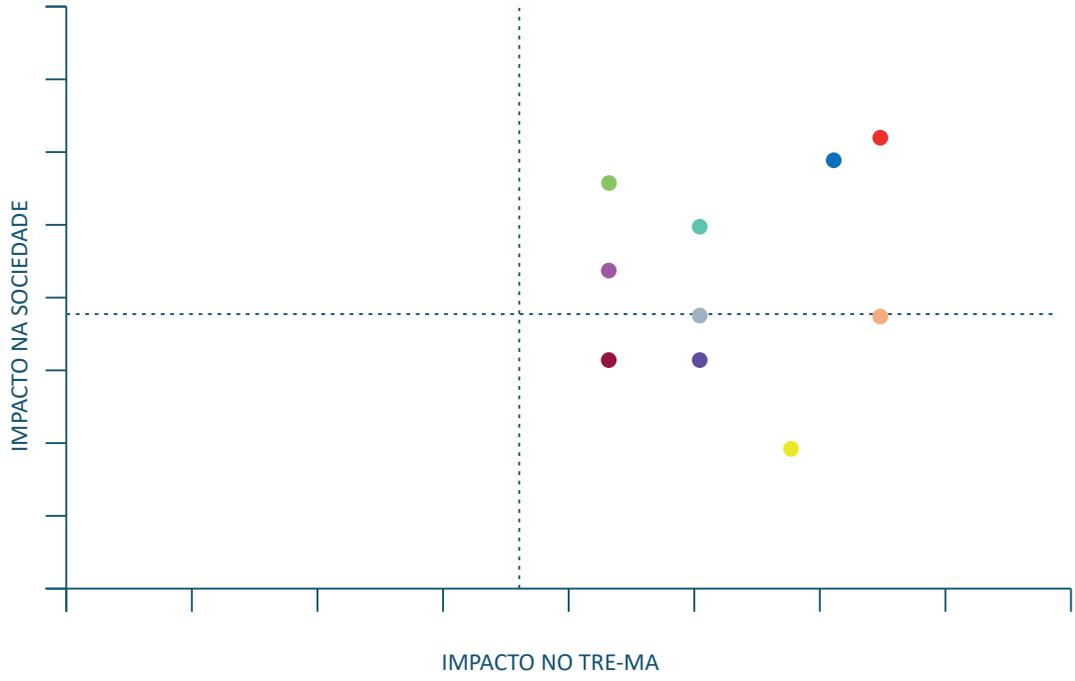
A estruturação da Cadeia de Valor do TRE-MA está organizada com as seguintes perspectivas:



Materialidade das informações



MATRIZ DE MATERIALIDADE



Legenda

- 1 Eleições
- 2 Adaptabilidade à pandemia
- 3 Pessoas
- 4 Orçamento e Finanças
- 5 Contratações
- 6 Tecnologia da Informação
- 7 Gestão de Riscos
- 8 Aquisições
- 9 Socioambiental
- 10 Governança e Gestão

3 Governança, Estratégia e Desempenho

Estratégia e Alocação de Recursos

Como o TRE-MA planejou o cumprimento da sua missão, os principais macrodesafios estabelecidos para 2020, a vinculação desses objetivos aos direcionamentos do TSE para toda a Justiça Eleitoral, conforme a Resolução nº 23543/2017, e a correlação das iniciativas concluídas que contribuíram para o propósito que se pretendia alcançar.

Nossa Visão: Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral

MACRODESAFIOS	Garantia dos direitos de cidadania	Combate à corrupção e a improbidade administrativa	Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Melhoria da gestão de pessoas	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Instituição da governança judiciária	Melhoria da infraestrutura e governança de TIC
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS(em R\$)	1.802.220,78	-	9.658.687,70	-	834.534,08	11.266.310,15	-	5.452.478,99
INICIATIVAS CONCLUÍDAS	21	2	2	2	1	-	8	3
DESTAQUE	Congresso de Direito Eleitoral Aplicativos para Mesários	Estatuto de Auditoria Interna Código de Ética da auditoria interna	Replanejamento Plano Integrado Eleições no cenário de pandemia Protocolo sanitário para o dia da Eleição	Monitoramento do julgamento dos processos de prestações de contas Julgamento dos Registros de Candidaturas	Plano de Retorno ao Trabalho Presencial	-	Selo Boas Práticas de Eleições Política de Continuidade do Negócio	Disponibilizar Guardião e Sistemas na internet para uso sem VPN Garantir ambiente de Data Center

Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

Como a governança contribuiu para a geração de valor em 2020

COMISSÃO DE ÉTICA

Tramitou apenas 01(um) processo, em que foi sugerido o arquivamento e encaminhado à Corregedoria Regional Eleitoral para deliberação.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCEDIMENTO ADM. DISCIPLINAR

Tramitam 2 (duas) sindicâncias neste Tribunal, ambas com instrução finalizada, devidamente relatadas e submetidas à decisão das autoridades competentes para julgamento.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL)

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes>

Realizou a Tomada de Preços n. 01/2020 (Processo 0009855-05.2020.6.27.8000), para execução dos serviços de cobertura em estrutura metálica do Fórum Eleitoral de São Luís (Depósito de Urnas). O certame iniciou no dia 03 de setembro de 2020, com a abertura dos envelopes de habilitação de 16 (dezesseis) empresas. Após diversas reuniões, a Comissão decidiu, em 1º de dezembro, declarar vencedora a empresa DTL CONSTRUTORA LTDA, seguindo-se com a adjudicação e homologação do certame. A previsão orçamentária inicial era de R\$ 2.189.703,41, contudo, a contratação foi efetuada no valor de R\$ 1.399.750,33, representando uma redução de 36,08%.

Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Existe apenas 1 (uma) Tomada de Contas Especial instaurada por este Regional, em trâmite no Sistema e-TCE (TCE 2838 /2019 - 029.400/2020-1); construção do Fórum Eleitoral de São Luís-MA. Há um Plano de Ação com previsão para instauração de nova Tomada de Contas Especial junto ao TCU em 2021. O planejamento para instauração de uma 2ª Tomada de Contas Especial, deve-se ao fato de que o dano ao erário sofre acréscimo mensal até que sejam concluídos os reparos necessários na obra em questão.

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/seguranca-da-informacao>

2020 foi o ano que os órgãos públicos sofreram mais com ataques de hackers, o que ocasionou a indisponibilidade de vários serviços em diversos órgãos. Todo esse cenário serviu de pano de fundo para que o TRE-MA despertasse para o tema Segurança da Informação e se voltasse para a revisão de suas regras de firewall, revisão dos sistemas mais antigos para identificação de possíveis vulnerabilidades e imediata correção dessas situações. Também foi feito um grande esforço para atualização do sistema operacional Windows 7, migrando para Windows 10, em todos os computadores da Secretaria e Zonas Eleitorais. Foi iniciado, por iniciativa do TSE, a integração das Equipes de Tratamento de Incidentes de rede (ETIR) de todos os Regionais.

REDE DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DA JUSTIÇA

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/rede-de-governanca-colaborativa>

Processo de Construção participava de elaboração das metas para 2021 (nacionais e específicas)

Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

COMISSÃO GESTORA DO PLANO LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/logistica-sustentavel/comissao-de-plano-logistica-sustentavel>

- Reciclagem: Destinação dos resíduos recicláveis gerados pela Secretaria e Zonas Eleitorais à cooperativa que possui Termo de Parceria com o TRE
- Usinas Solares: redução das despesas com energia
- Campanha Conecte-me: objetivo arrecadar equipamentos de informática como smartphones, tablets e notebooks em condições de uso para ajudar estudantes da rede pública de ensino a darem continuidade aos estudos durante a paralisação das aulas presenciais ocasionada pela pandemia do Covid-19.

COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CGTIC)

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/governanca-de-tecnologia-da-informacao>

- Garantir ambiente de processamento central (Data Center) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade
- Disponibilizar Guardiã e Sistemas mais novos na internet para uso sem VPN
- Mapear e formalizar processo de Planejamento de Aquisições e Contratações (com gerenciamento dos riscos)

Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

COMITÊ DE RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL



Informações disponíveis em: <https://apps.tre-ma.jus.br/hotsites/plano-retomada/>
- Elaboração colaborativa do Plano de retomada ao trabalho presencial

CONSELHO GESTOR COM O COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU



Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/conselho-gestor>
- Tratativas de assuntos atinentes às Eleições
- Pandemia e atendimento presencial

NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS (NAGR)



Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/gestao-de-riscos>
Avaliou a maturidade de gestão de riscos, segundo questionário do TCU.

Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

COMISSÃO DE POLÍTICA DE GÊNERO E CIDADANIA (TRE MULHER)

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/politica-de-genero-e-cidadania>

- Vídeo Mulheres na Política, incentivando a mulher maranhense a participar do processo político disponível no canal do Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=o6mLE9rYCWM>
- Webinário: “Participação Institucional Feminina e os desafios para a equidade de gênero no Poder Judiciário”
- Bate papo no Instagram da Juíza Lavínia Helena Macedo Coelho, Coordenadora da Comissão TRE-Mulheres, sobre o papel da mulher na política
- Mediação da palestra “Condutas Vedadas em Tempos de Pandemia e Cotas de gênero”
- Ciclo de Palestras: palestras online que tratam sobre temas relevantes atinentes às eleições 2020, entre eles, a participação feminina na política.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Informações disponíveis em: <https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/acessibilidade/comissao-de-acessibilidade>

- Celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Estado, Município de São Luís e a FAMEM: melhorar os locais de votação quanto à acessibilidade
- Curso EAD para orientar os magistrados, servidores, mesários e profissionais de apoio às eleições sobre normas de acessibilidade aplicáveis às Eleições 2020.
- Divulgação na TV de campanhas sobre acessibilidade
- Recomendação aos partidos e candidatos para que, no Horário destinado à Propaganda Eleitoral Gratuita na TV, tenha interprete de LIBRAS, audio-descrição e legenda.

Valor Público 2020

Entregas do Tribunal

ELEITORES	Quantidade de eleitores	4.758.629
	Eleitores com biometria	4.451.665 (93,55%)
	Eleitores sem biometria	306.964 (6,45%)
	Cartórios eleitorais da capital	06
	Cartórios eleitorais no interior	99
	Alistamentos	82.301
	Revisões	56.136
	Transferências	58.545
	Segundas vias	20.526
	Cancelamentos por óbitos	26.527
	Regularizações por pagamento de multa	64.993
	Regularizações por justificativa	207.235
	Notícias de irregularidade em propaganda eleitoral autuadas	410
Quantidade de Recurso Eleitoral em processos de Propaganda	428	

DIPLOMAÇÃO

Prefeitos e Vice-Prefeitos	217
Vereadores	2.425

ELEIÇÃO

Candidatos aptos	19.880
Candidatos inaptos	910
Candidatos a Prefeito	789
Candidatos a Vereador	19.197
Mesários	56.140 (1º turno) e 7.276 (2º turno)
Urnas preparadas no 1º turno	16.492
Urnas preparadas no 2º turno	2.250
Urnas substituídas no 1º turno	272
Urnas substituídas no 2º turno	35
Seções eleitorais no 1º turno	14.035
Seções eleitorais no 2º turno	1.826

1º GRAU

Casos novos	5.521
Casos pendentes	2.510
Casos baixados	2.782

2º GRAU

Casos novos	2.107
Casos pendentes	361
Casos baixados	1.742

METAS NACIONAIS

Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos	94,43%
Meta 2: Julgar processos mais antigos	81,13%

METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

Meta 1: Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral	100%
Meta 2: Fomentar a participação feminina no processo eleitoral	100%
Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	100%
Percentual de cumprimento das Metas Específicas 2020	100%

Valor Público 2020

DEMAIS INFORMAÇÕES

Consultas ao Portal Memória Eleitoral

Visualizações de página

9.382

Visualizações de página única

7.814

Atendimentos tempestivos de pedidos com base na Lei de Acesso à Informação

47 pedidos de informação
respondidos tempestivamente de
um total de 47 (100%)

Consultas ao Portal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

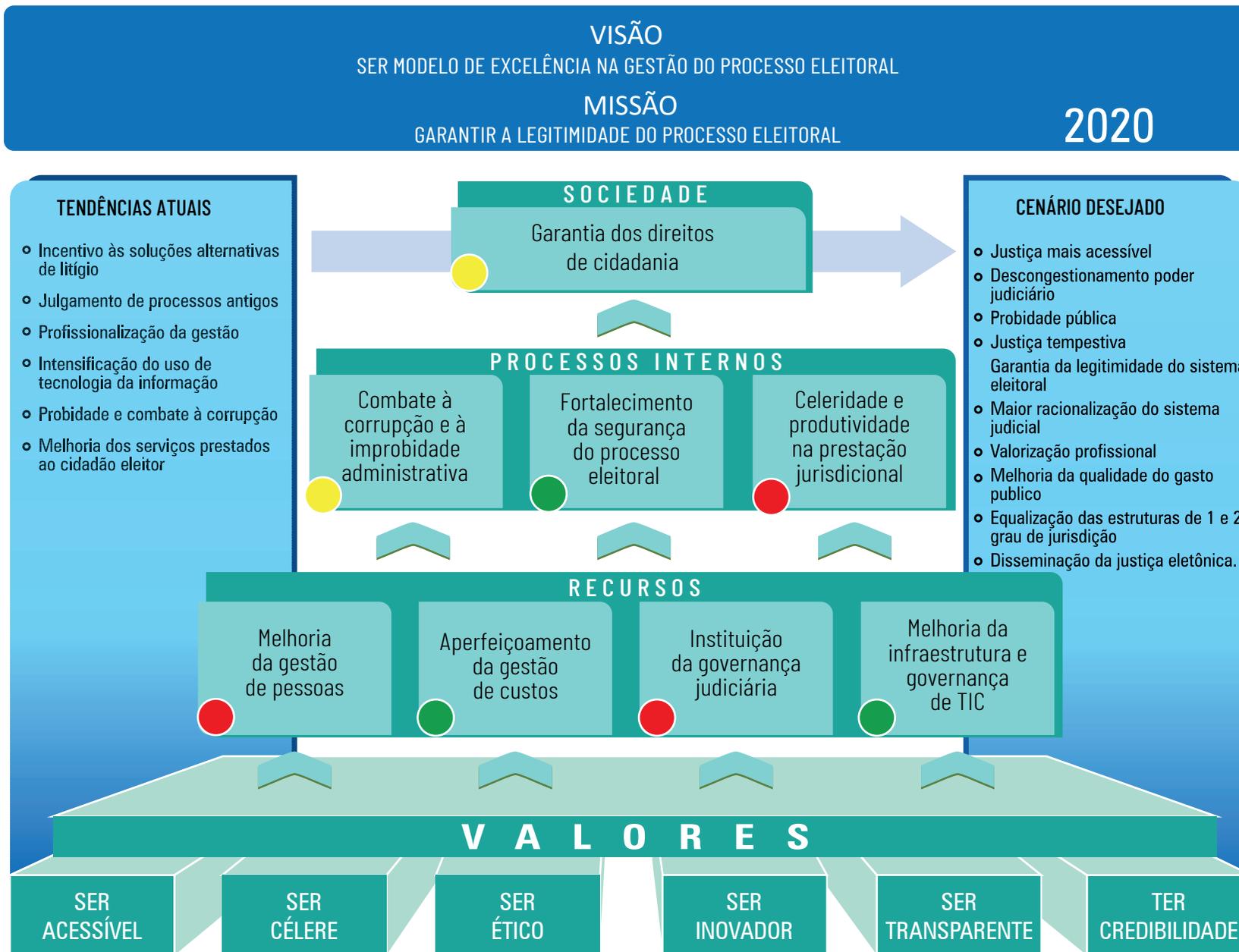
Visualizações de página

5.601.997

Visualizações de página única

33.208.475

MAPA ESTRATÉGICO
do Plano Estratégico 2015-2020



Resultado da Estratégia 2020

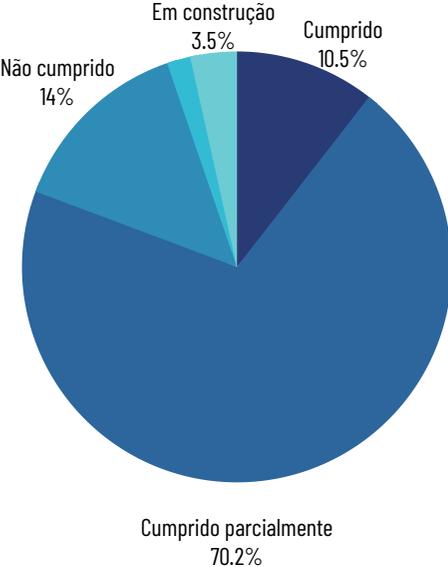
MACRODESAFIO	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	100,89%	
Celeridade e produtividade na Prestação Jurisdicional	219,65%	
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	87,2%	
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	154,25%	
Garantia dos direitos da cidadania	85,8%	
Instituição da governança judiciária	0%	
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	107%	
Melhoria na gestão de pessoas	31,66%	

LEGENDA

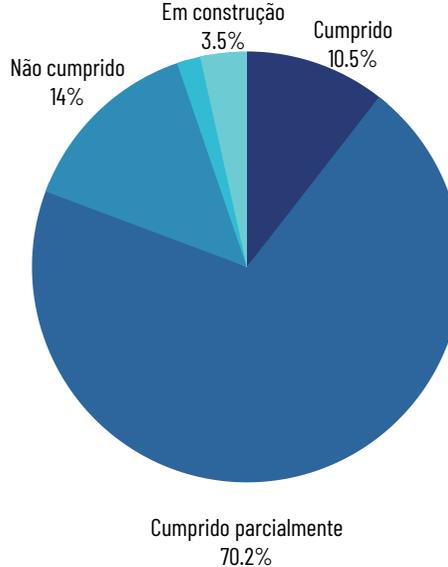
-  Cumprido
-  Cumprido parcialmente
-  Não cumprido

Resultado da Estratégia 2020

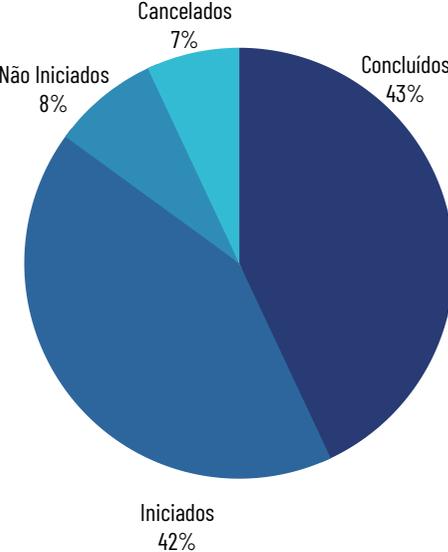
PANORAMA GERAL DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS



PANORAMA GERAL DOS INDICADORES DE APOIO



PANORAMA GERAL DOS PROJETOS CONCLUÍDOS, INICIADOS, NÃO INICIADOS E CANCELADOS

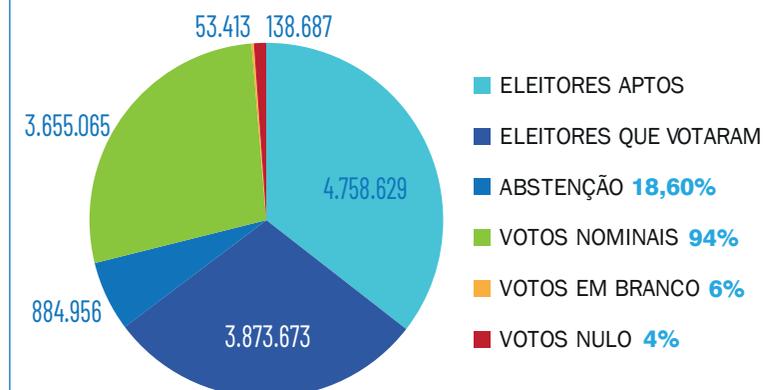


RELATÓRIO DAS ELEIÇÕES 2020

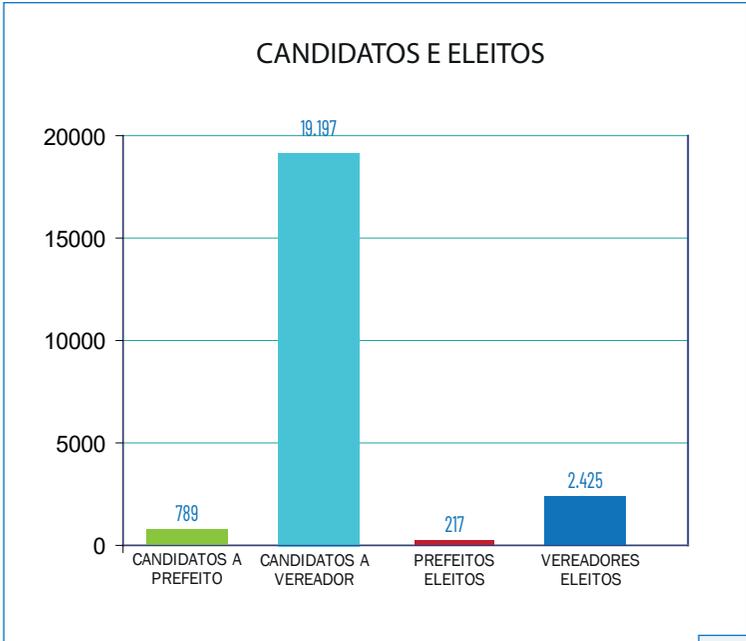
1º TURNO - TODO O ESTADO

NÚMEROS GERAIS	
POPULAÇÃO	6.851.000
MUNICÍPIOS	217
ZONAS	105
SEÇÕES ELEITORAIS	14.041
LOCAIS DE VOTAÇÃO	5.556
URNAS (EFETIVAS E CONTINGÊNCIA)	16.632 (100%)
URNAS SUBSTITUÍDAS	272 (2%)

ELEITORES E VOTOS



Eleições



PESSOAL ENVOLVIDO

JUÍZES	156
SERVIDORES	913
ESTAGIÁRIOS	98
OFICIAIS DE JUSTIÇA	205
TERCEIRIZADOS	195
AUXILIARES DE APOIO	640
MESÁRIOS	56.132
AUXILIARES DE DIVULGAÇÃO	3.094
SUPERVISORES DE PRÉDIO	3.995
VOLUNTÁRIOS DA CRUZ VERMELHA	40

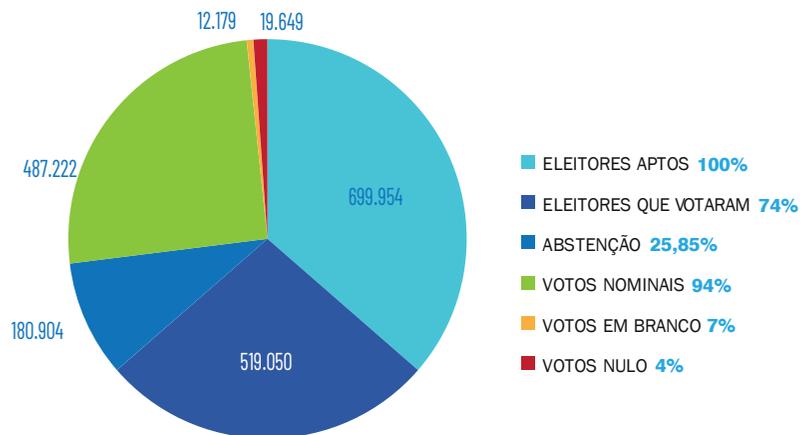
OUTROS NÚMEROS

ZONAS COM APOIO REMOTO	105	JUNTAS ESPECIAIS	31
ZONAS COM APOIO PRESENCIAL	51	PATS	81
ENCERRAMENTO DA TOTALIZAÇÃO			
02:13:00			

RELATÓRIO DAS ELEIÇÕES 2020

2º TURNO - SOMENTE A CAPITAL

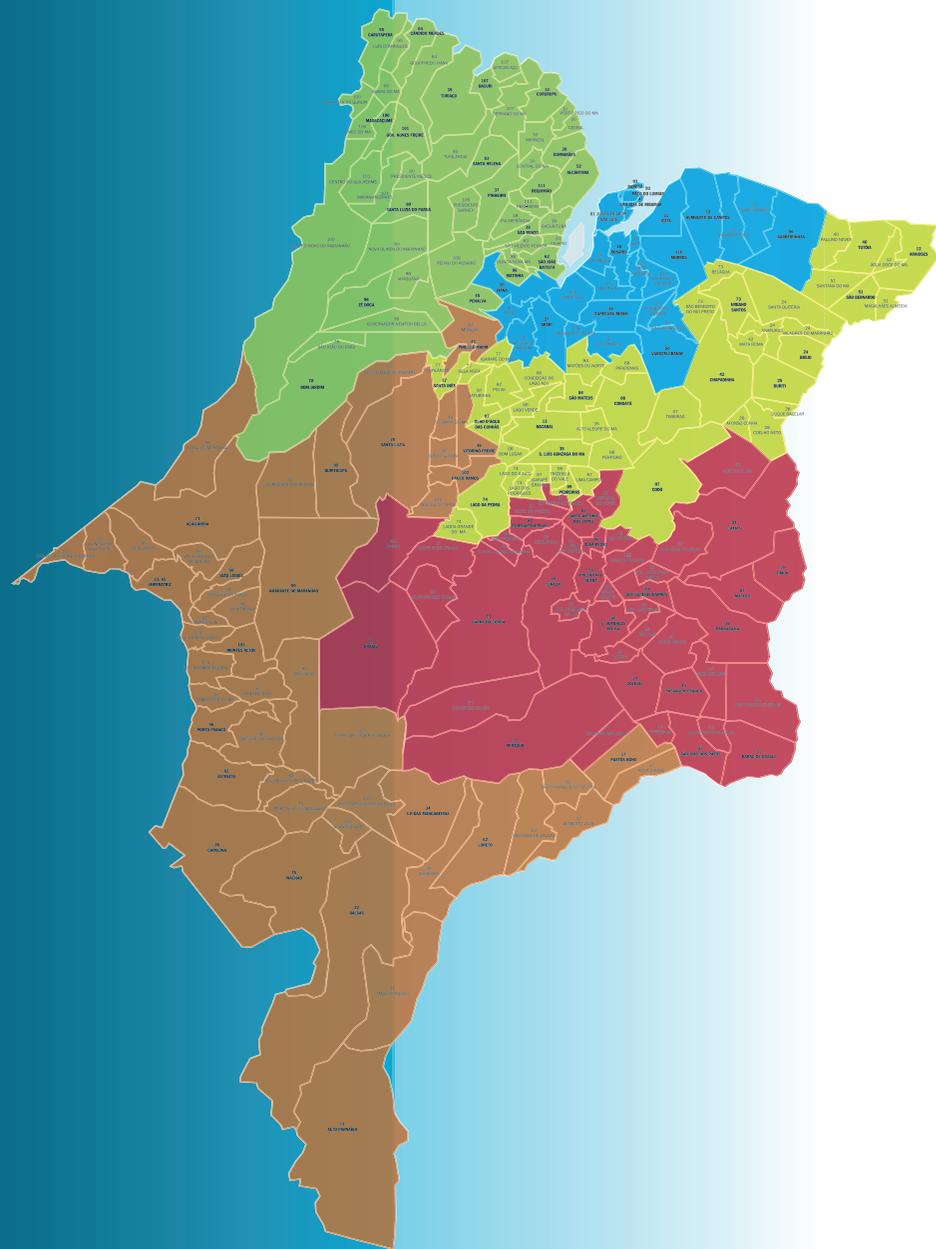
ELEITORES E VOTOS



SOBRE SÃO LUÍS



Da Prestação Jurisdicional das Zonas Eleitorais



O fluxo de julgamento de processos no ano de 2020, como não poderia deixar de ser, foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19 enfrentada pelo mundo inteiro. Nesse sentido, destaca-se que o cenário foi ainda mais desafiador para as zonas eleitorais, na medida em que tratava-se de ano de eleições municipais, ocasião em que, como sabido, a demanda de diversas atividades do cartório eleitoral, notadamente com a análise e julgamento de processos de registro de candidatura e prestação de contas, aumenta exponencialmente.

Não obstante o cenário traçado, ressalta-se que o 1º grau de jurisdição do TRE-MA atuou com afinco e responsabilidade por manter o funcionamento da prestação judicial, o que foi possível graças ao plantão extraordinário estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (Resolução nº 23.615/2020) que possibilitou o exercício das atividades cartorárias em regime de teletrabalho, e o suporte dado pelo TRE-MA, principalmente por intermédio da Corregedoria Regional Eleitoral.

Diante do exposto, destaca-se que o TRE-MA, em 1º grau, cumpriu 96% da Meta 01/2020 do CNJ, procedeu em tempo hábil ao julgamento de todos os registros de candidaturas para as eleições 2020, bem como das ações que pudessem impactar diretamente no pleito, sejam aquelas que tramitassem em processo eletrônico ou mesmo as autuadas em meio físico, tudo com o acompanhamento direto da CRE/MA.

Ressalta-se, ainda, que a Meta 02/2020 do CNJ foi cumprida na medida em que todos os processos físicos foram sobrestados em obediência à Portaria nº 265/2020, sendo que aqueles que pudesse impactar no pleito e cuja migração se mostrasse dificultosa ou inviável, foram apreciados e julgados.

Para o ano de 2021, espera-se um cenário ainda desafiador, mas com a possibilidade de maior fluxo de julgamentos na medida em que não se trata de ano eleitoral, ao contrário, durante o corrente ano serão julgados os processos oriundos do pleito passado; a CRE/MA planeja, ainda, a migração de processos físicos para o PJE ou o seu julgamento direto, zerando o estoque de feitos autuados no SADP em tramitação nas zonas eleitorais, fatores estes que possibilitarão, se bem planejados e executados, o atingimento das metas/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

A seguir, destacam-se, em linhas gerais, as estatísticas de produtividade relacionadas ao 1º grau de jurisdição do TRE-MA no ano de 2021:

Da Prestação Jurisdicional das Zonas Eleitorais

CASOS NOVOS 2020 POR CLASSE NO 1º GRAU

CLASSE	QUANTIDADE
APURAÇÃO DE ELEIÇÃO	18
AUTO DE PRISÃO	32
AÇÃO CAUTELAR	9
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	24
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	197
AÇÃO PENAL ELEITORAL	32
BOLETIM DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADA	19
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ELEITORAL (CIE)	12
CARTA DE ORDEM CRIMINAL	3
CARTA DE ORDEM CÍVEL	61
CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	54
CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	28
CAUTELAR INOMINADA CRIMINAL	8
COMPOSIÇÃO DE MESA RECEPTORA	147
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	1
DESCARTE DE MATERIAL	1

CLASSE	QUANTIDADE
DIREITOS POLÍTICOS	34
EXCEÇÃO	2
EXECUÇÃO DA PENA	1
EXECUÇÃO FISCAL	4
FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	712
HABEAS CORPUS CRIMINAL	3
IMPUGNAÇÃO PERANTE AS JUNTAS ELEITORAIS	20
IMPUGNAÇÃO À COMPOSIÇÃO DE JUNTA ELEITORAL	9
INQUÉRITO POLICIAL	14
LISTA DE APOIAMENTO PARA CRIAÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO	396
MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL	20
NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL	410
PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	1
PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	1
PET-ADM	42
PETIÇÃO CRIMINAL	6

CLASSE	QUANTIDADE
PETIÇÃO CÍVEL	756
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	2537
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS	23140
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	3
PROCESSO ADMINISTRATIVO	7
RECURSO/IMPUGNAÇÃO DE ALISTAMENTO ELEITORAL	55
REGISTRO DE CANDIDATURA	23320
REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DO ELEITOR	56
REPRESENTAÇÃO	2235
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL/NOTÍCIA DE CRIME	79
RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	1
REVISÃO DE ELEITORADO	22
TERMO CIRCUNSTANCIADO	52
TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	28
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	29

Da Prestação Jurisdicional do 2º Grau

O atípico ano de 2020, com diversas mudanças decorrentes da pandemia do coronavírus, especialmente na fixação do calendário eleitoral, os tribunais tiveram que adequar-se muito rapidamente uma exigüidade de tempo para cumprimento de suas atribuições e assegurar a tranqüilidade para realização de um processo eleitoral de grande porte, como é a eleição municipal no Brasil.

Diante desse quadro, para continuidade dos trabalhos em face desse novo desafio o TSE e TRE-MA expediram, dentre outras, as seguintes regras que impactaram na atividade jurisdicional:

Resolução TSE nº. 23.615, de 19.03.2020, que fixou o Plantão Extraordinário para a Justiça Eleitoral, suspendendo o trabalho presencial de magistrados, servidores, estagiário e colaboradores, conferindo aos Tribunais Regionais a regulação dos serviços durante o período.

Resolução TRE-MA nº. 9696, de 19.03.2020, que disciplina a realização de sessões de julgamento com participação remota (por videoconferência), no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Portaria TRE-MA nº. 327, de 25.03.2020, que regulamento os serviços do TRE-MA durante o Plantão Extraordinário, fixando regras para o atendimento remoto nas unidades jurisdicionais do Tribunal.

Portaria TRE-MA nº. 330, de 25.03.2020, que regulamentou a sessão virtual no âmbito da Justiça Eleitoral do Maranhão.

Portaria-Conjunta TRE-MA nº. 5, de 28.04.2020, que prorroga a vigência da Resolução-TSE nº. 23.615/2020, para suspensão dos prazos dos processos físicos, e que restabelece o curso dos prazos dos processos judiciais e administrativos que tramitam pelo meio eletrônico.



Portaria-Conjunta TRE-MA nº. 10, de 03.07.2020, que dispõe sobre a tramitação de processos autuados no sistema de acompanhamento de dados e processos – SADP, e a possibilidade de migração para o sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJE, no 1º e 2º Graus em razão das eleições de 2020.

Resolução TSE nº. 23.627, de 13.08.2020, que instituiu o novo Calendário Eleitoral das Eleições 2020.

Resolução TRE-MA nº. 9750, de 19.10.2020, que regulamenta o julgamento dos recursos eleitorais em RRC, RRCI e DRAP e dos Recursos Eleitorais nas Representações, Reclamações e Pedidos de Direito de Resposta, que observam o procedimento do art. 96, da Lei nº. 9.504/97, nas sessões de julgamento por videoconferência, durante o período eleitoral das eleições 2020, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Da Prestação Jurisdicional do 2º Grau

Para dar suporte às Zonas Eleitorais que estavam trabalhando com o sistema do Processo Judicial Eletrônico nas eleições pela primeira vez, O Tribunal designou a Secretaria Judiciária para prestar assistência remota às Zonas, por intermédio de duas equipes:

1ª Equipe com o objetivo de acompanhar o fluxo dos processos de registro de candidatura para otimizar sua tramitação, monitorando a evolução dos processos de pedido de registro de candidaturas, garantindo aos partidos e Candidatos a participação legítima no pleito eleitoral.

2ª Equipe com o objetivo de acompanhar o fluxo dos processos de representação e direito de resposta para aprimorar sua tramitação, garantindo apoio às zonas eleitorais.

A medida adotada pelo Tribunal foi essencial para que fossem observados os prazos do calendário eleitoral que, no ano da pandemia, teve suas datas alteradas para implementação de medidas de preservação da saúde dos participantes do processo de votação (mesários e eleitores), experiência que deve ser reproduzida nas futuras eleições.

Os servidores das zonas eleitorais tiveram uma participação efetiva no cumprimento das atividades de registro, visto que o processo ocorre diretamente nos cartórios eleitorais. Para melhor acompanhamento, as zonas eleitorais foram divididas em grupos, e cada grupo ficou sob a supervisão de um componente da comissão, que fazia contatos diários para acompanhar a evolução dos processos.

OBSERVAÇÕES CONSTATADAS PELAS EQUIPES

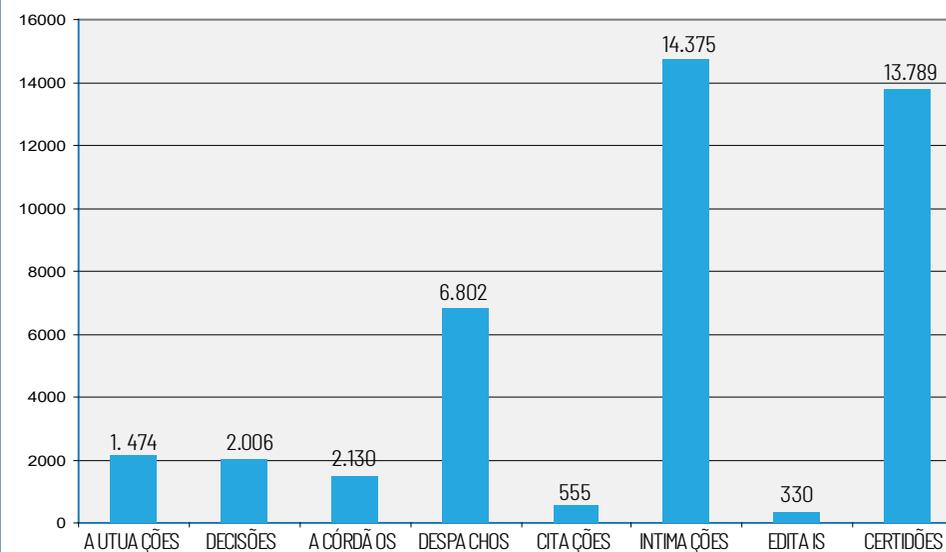
Dificuldades encontradas:

- Realizações de treinamento presencial dentro do quadro de afastamento social;
- Uso do PJe pela primeira vez nas eleições municipais
- Falta de capacidade técnica no manuseio do PJe em algumas Zonas Eleitorais.

Soluções aplicadas:

- Diminuição do número de dias de treinamento e de pessoas por turmas;
- Utilização de maior espaço para a realização de treinamento presencial, observado o protocolo de segurança quanto à contaminação pelo coronavírus;
- Realização de treinamento em EAD;
- Apliação da equipe de apoio às Zonas;
- Execução das atividades de registro de candidaturas diretamente pela equipe de apoio

ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO 2º GRAU



Da Prestação Jurisdicional do 2º Grau

No ano de 2020 foram autuados 2.130 processos eleitorais, sendo em sua grande maioria da classe de Recurso Eleitoral, conforme relatório abaixo:

CLASSE	QUANTIDADE
Ação cautelar	6
Ação de impugnação de mandato eletivo	1
Ação de investigação judicial eleitoral	6
Ação de justificação de desfiliação partidária/perda de cargo eletivo	2
Ação penal eleitoral	2
Ação rescisória eleitoral	1
Agravo de instrumento	2
Apuração de eleição	1
Coincidência	20
Conflito de competência cível	1
Consulta	7
Correição ordinária	1
Cumprimento de sentença	1
Direito de resposta	1
Direitos políticos	28
Exceção	2
Habeas corpus criminal	8
Inquérito policial	2
Mandado de segurança cível	227
Pedido de busca e apreensão criminal	1

CLASSE	QUANTIDADE
Pedido de providências	2
Petição	126
Petição cível	13
Prestação de contas	284
Prestação de contas anual	8
Prestação de contas eleitorais	45
Procedimentos administrativos da justiça eleitoral	11
Processo administrativo	7
Reclamação	5
Recurso contra expedição de diploma	3
Recurso criminal	4
Recurso eleitoral	1.193
Regularização de situação de eleitor	23
Representação	29
Req. de regulariz. de omissão de prest. de contas eleitorais	12
Revisão criminal	1
Revisão de eleitorado	26
Tutela antecipada antecedente	3
Tutela cautelar antecedente	15
Total geral	2.130

Da Prestação Jurisdicional do 2º Grau

Com as medidas adotadas para resolução das demandas, objetivando a observância do calendário eleitoral, foram realizadas um total de 175 Sessões Ordinárias, sendo 121 Jurisdicionais, e 64 Administrativas, tendo o TRE-MA encerrado suas atividades jurisdicionais no processos eleitorais no tempo oportuno.

Apesar das dificuldades da Pandemia, os membros da Corte deste Tribunal com empenho conseguiram julgar com celeridade os processos eleitorais, julgando o total de 3.480 processos, sendo 1.474 decisões plenárias e 2.006 decisões monocráticas, conforme relatório abaixo:

ACÓRDÃO	
CLASSE	Total
Ação de impugnação de mandato eletivo	1
Ação de investigação judicial eleitoral	8
Consulta	2
Direitos políticos	3
Habeas corpus criminal	6
Mandado de segurança cível	40
Pedido de providências	2
Petição	28
Petição cível	1
Prestação de contas	410
Prestação de contas anual	1
Prestação de contas eleitorais	22
Processo administrativo	1
Recurso eleitoral	905
Registro de candidatura	4
Regularização de situação de eleitor	5
Representação	17
Revisão criminal	1
Revisão de eleitorado	15
Tutela cautelar antecedente	2
Total geral	1474

DECISÕES MONOCRÁTICAS			
CLASSE	Total	CLASSE	Total
Ação cautelar	9	Petição	101
Ação de impugnação de mandato eletivo	3	Petição cível	4
Ação de investigação judicial eleitoral	4	Prestação de contas	265
Ação de just. de desf. partid./perda de cargo eletivo	3	Prestação de contas anual	3
Ação penal eleitoral	8	Prestação de contas eleitorais	7
Ação rescisória eleitoral	1	Proced. adm. da justiça eleitoral	15
Agravo de instrumento	3	Processo administrativo	1
Apuração de eleição	1	Reclamação	1
Coincidência	18	Recurso criminal	28
Conflito de competência cível	2	Recurso eleitoral	1.077
Consulta	2	Registro de candidatura	3
Direitos políticos	23	Regularização de situação de eleitor	31
Exceção	1	Representação	29
Habeas corpus criminal	12	Req. de regul. de omissão de prest. de contas eleit.	10
Mandado de segurança cível	309	Revisão criminal	1
Pedido de busca e apreensão criminal	3	Revisão de eleitorado	3
Pedido de providências	2	Tutela antecipada antecedente	3
		Tutela cautelar antecedente	20
		Total geral	2006

CNJ: Prêmio CNJ de Qualidade e Ranking da Transparência

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2020



O TRE-MA ALCANÇOU **574,67** PONTOS (61,13%)

ESTE REGIONAL VEM ENVIDANDO ESFORÇOS PARA
SANAR AS PENDÊNCIAS DIAGNOSTICADAS.

RANKING DA TRANSPARÊNCIA

O TRE-MA ATINGIU **84,21%** DO TOTAL DA PONTUAÇÃO ESTABELECIDADA

ESTE REGIONAL BUSCOU SOLUCIONAR TODOS OS
ITENS NÃO PONTUADOS À ÉPOCA.

4 Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Gestão de Riscos

www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/gestao-de-riscos

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão começou em 2017 com a Política de Gestão de Riscos (PGR) - Resolução nº 9175/2017, seguindo orientações da Norma ABNT ISSO 31000:2009 e do Manual de Gestão de Riscos do TCU, observando os seguintes princípios:

transparência, objetividade e dinamismo;

alinhamento aos contextos interno e externo da organização;

fomento à integração dos projetos e processos de trabalho;

estímulo ao aperfeiçoamento dos controles internos;

observância do grau de maturidade de gestão e governança do TRE-MA;

aferição da efetividade dos instrumentos de controle de riscos da organização.

Riscos e Responsabilidades

Assim adotamos o modelo das 3 linhas de defesa do Instituto de Auditores Internos (IIA), estabelecendo uma estrutura de governança de riscos alinhada à estratégia organizacional, com ênfase na integração de processos, pessoas e sistemas operacionais

A rede de governança estabelecida pela Política de Gestão de Riscos contempla as unidades organizacionais que detêm a atribuição de atuar nos controles internos e gerenciar riscos, posto que todos os gestores e demais servidores responsáveis por iniciativas estratégicas, táticas, operacionais, processos de trabalho e projetos são responsáveis por gerir os riscos das suas unidades administrativas.

3ª Linha de Defesa

► Coordenadoria de Controle Interno

2ª Linha de Defesa

► Conselho Gestor (Secretários e Diretor-Geral)

► Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos

► Corregedoria Regional Eleitoral

► Coordenadores e Secretários

1ª Linha de Defesa

► Gestores de Riscos (Gestores das Unidades Administrativas, Gerentes de Processos e Projetos)

Assessoramento

Seção de Planejamento e Desenvolvimento / Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

Gestão de Riscos

COPEG

Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

- ▶ Assessoramento das unidades administrativas no mapeamento dos processos e na gestão de riscos através da Seção de Desenvolvimento e Planejamento;
- ▶ Propor a metodologia de gerenciamento de riscos do TRE-MA;
- ▶ Assessorar a Diretoria-Geral na tomada de decisões relativas aos riscos estratégicos;
- ▶ Acompanhar as ações de tratamento e controle dos riscos estratégicos, a partir dos relatórios consolidados das unidades de governança;
- ▶ Acompanhar a evolução da maturidade organizacional em gerenciamento de riscos.

1ª Linha de Defesa

- Gestores de Riscos (Gestores das Unidades Administrativas: Chefes de Seção, Coordenadores, Secretários, Assessores, Gerentes de Projetos, Gerentes de Processos, Presidentes de Comissões e Responsáveis por Programas e Projetos) têm as seguintes atribuições:
 - ▶ Selecionar os processos de trabalho e as atividades da sua área de atuação que terão os riscos gerenciados e tratados, prioritariamente;
 - ▶ Identificar, medir, priorizar, tratar, monitorar e controlar os riscos dos processos, projetos e atividades sob a sua a sua responsabilidade, comunicando os planos de gestão de riscos a todos os envolvidos e ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos;
 - ▶ Encaminhar ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos as demandas e relatórios relativos à sua unidade.

2ª Linha de Defesa

- Conselho Gestor (Secretários e Diretor-Geral)

ATRIBUIÇÕES

- ▶ deliberar sobre as principais diretrizes da política de gestão de riscos e sistemas de controles internos;
- ▶ fomentar a disseminação das diretrizes da Gestão de Riscos;
- ▶ aprovar o apetite aos riscos;
- ▶ deliberar sobre os riscos estratégicos;
- ▶ intervir nos processos decisórios relacionados aos riscos operacionais, de conformidade e de imagem.

Gestão de Riscos

2ª Linha de Defesa

- Corregedoria Regional Eleitoral: disseminar as diretrizes do processo de gestão de riscos no âmbito do 1º grau de jurisdição e acompanhar a aderência dos Juízes Eleitorais ao processo de gerenciamento de riscos.
- Coordenadores e Secretários: exercer o controle, revisão e orientação dos atos praticados pela 1ª linha de defesa;
- Núcleo de apoio à gestão de riscos

ATRIBUIÇÕES

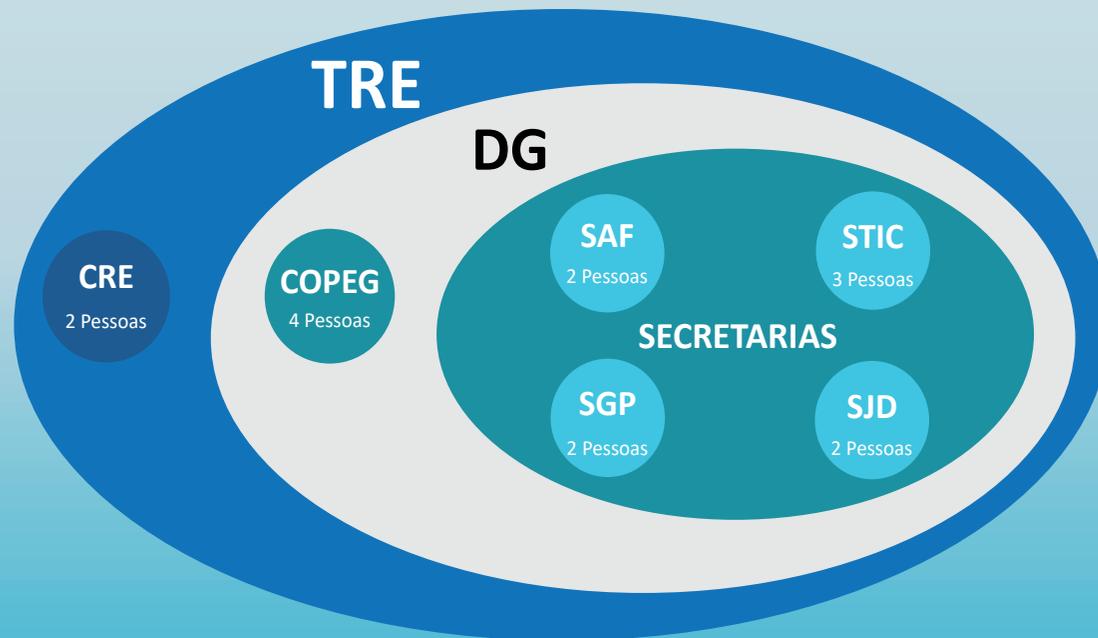
- ▶ Gerenciar e apoiar a implantação da política de Gestão de Riscos;
- ▶ monitorar, sistematicamente, o cumprimento da política, com vistas a assegurar a sua eficácia e o cumprimento dos objetivos, sugerindo melhorias para os procedimentos adotados;
- ▶ consolidar e submeter à apreciação do Conselho Gestor os relatórios de gestão dos riscos estratégicos, identificando os que possam impactar os objetivos do Tribunal;
- ▶ monitorar a efetividade da gestão dos riscos, estratégicos, operacionais, de imagem e de conformidade;
- ▶ atuar como órgão consultivo, auxiliando os gestores na identificação, análise, avaliação dos riscos e na elaboração dos planos de gestão a serem adotados nas suas atividades.

Como parte integrante da rede de GR o Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos - NAGR, foi implantado em 2018, tendo no mesmo ano tratado dos seguintes assuntos.

MANUAL DE GESTÃO DE RISCO
NÍVEIS DE RISCO
APETITE AO RISCO
FORMAS DE ANÁLISE
MÉTODO PARA ANÁLISE
MONITORAMENTO
TRATAMENTO DE RISCO DE ACORDO COM O NÍVEL
AGENDA DE REUNIÕES
PLANILHA DOCUMENTADORA
AUSÊNCIA DE INTEGRANTES
CATEGORIAS DE RISCO

NAGR é intersetorial e auxilia a alta administração na execução da gestão de riscos, ao analisar os planos de gestão elaborados pelos gestores das unidades administrativas do tribunal e sobre eles lançar um olhar mais amplo

Gestão de Riscos



PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

análise do ambiente

entendimento do contexto organizacional interno e externo e identificação dos fatores que impactam positiva ou negativamente;

identificação dos riscos

reconhecimento e a descrição dos riscos que podem afetar os objetivos do processo ou do Tribunal;

medição dos riscos

medida de probabilidade e impacto dos riscos, que combinados definirão o nível de risco;

priorização dos riscos

análises dos níveis de riscos para priorizar e tratar;

tratamento dos riscos

abordagem selecionada para tratar os riscos identificados, seja pela minimização das ameaças ou pela maximização das oportunidades;

comunicação e integração

comunicação fluida entre todos os responsáveis pelo gerenciamento de riscos, em diversos níveis organizacionais;

monitoramento, controle e análise crítica

consiste na verificação da efetividade dos tratamentos dos riscos e do nível de aderência da gestão de riscos, com vistas ao aperfeiçoamento do modelo e à consolidação da rede de controles internos.

Gestão de Riscos

Instrumentos

<https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/governanca-gestao/gestao-de-riscos/demais-informacoes>

MANUAL - PLANILHA - CARTILHA

O Manual da Gestão de Risco e a planilha documentadora são instrumentais que orientam e documentam a análise e as ações de enfrentamento de quaisquer riscos sejam ameaças ou oportunidades, leves ou críticos, com impactos operacionais ou na estratégia.

Já a cartilha visa dar uma visão geral, mais simples e com indicações de o que é a gestão de riscos, como fazê-la e onde encontrar ajuda, ressaltando a importância de se fazer previamente o mapeamento do processo a ser analisado.

Evolução da Gestão de riscos

Com a política implantada, em 2018 fizemos a gestão de riscos do macroprocesso Eleição, subdividido em 27 processos entre finalísticos e de apoio.

Entendendo que o processo de gerenciamento de risco é cíclico e contínuo, em 2019 foi realizada a reanálise de riscos de todos os processos de eleição como etapa integrante do planejamento das eleições 2020.

Planejamento das Eleições 2020



Cronograma de **1.991** atividades dos **27** processos de eleição

Elaboração e validação de **100** fluxogramas (processos e subprocessos)

Atualização de **40** indicadores e metas

Identificação de **249** riscos

Classificação de **84** riscos altos e críticos, e destes **6** estão na categoria de estratégicos

Gestão de Riscos

A Administração Pública se norteia pelos princípios constitucionais, dentre os quais o da eficiência, o qual pressupõe-se qualidade, presteza e resultados positivos, constituindo um dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e rapidez no trato dos interesses coletivos.

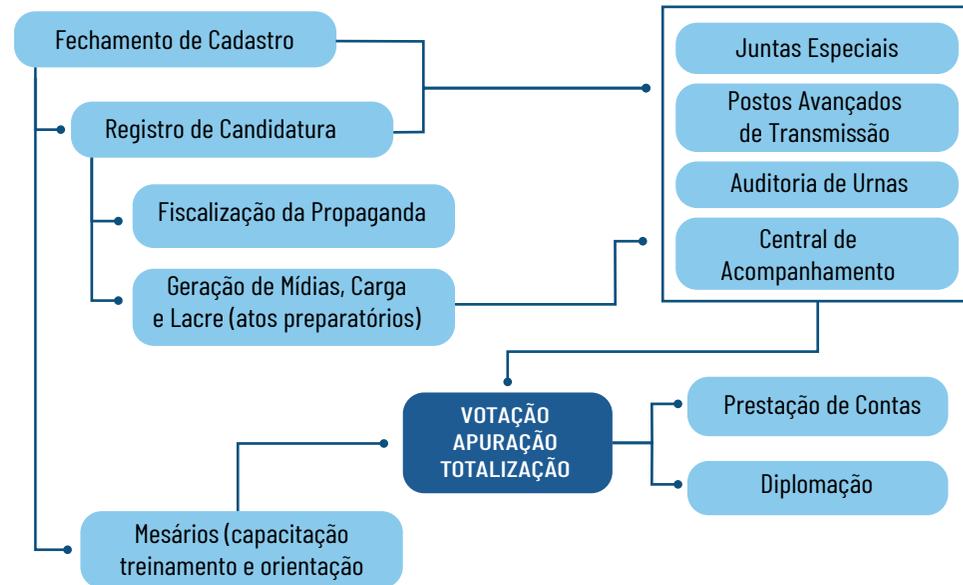
Diante disso, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão vem exercendo, com planejamento, organização e controle, suas funções jurisdicionais e administrativas, dentre elas a execução de eleições, primando pelos valores institucionais e visando ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral.

Porém não esperávamos esse 2020!

A pandemia mudou nossa rotina, nosso trabalho e a data da eleição.

Para enfrentarmos os riscos refizemos todo o planejamento dos 27 processos de eleição, readequando os cronogramas, ações e atividades com os gestores de processos.

Processos de Eleições



PROCESSOS DE APOIO:

Auxiliares de Apoio às Eleições
Capacitação
Comissão de Representações e Direito de Resposta
Comunicação
Contratações
Designação de Juizes para Atuarem em Pleitos Eleições e Votações Simuladas
Logística de Urnas e Materiais de Votação

Material de Consumo
Oficial de Justiça
Recrutamento de Servidores
Reunião de Juizes e Chefes de Cartório
Segurança
Serviço Extraordinário
Suprimento de Fundos
Urnas e Suprimentos
Veículos

Gestão de Riscos

Principais Oportunidades em 2020

SERVIÇOS ON-LINE



Ao cidadão

Atendimento por whatsapp business nos cartórios eleitorais;
Adoção do Título-Net e do E-Título;
Atendimento nas unidades administrativas por siga-me;
Implantação do PJE e integração ao SPCE;

Ao servidor

Implantação do Trabalho-Remoto
Uso da rede virtual privada (VPN) para acesso remoto à rede interna;
Implantação do PJE;
Realização de Reuniões remotas;
Ampliação das capacitações on-line;
Ampliação do roll de sistemas no guardião;

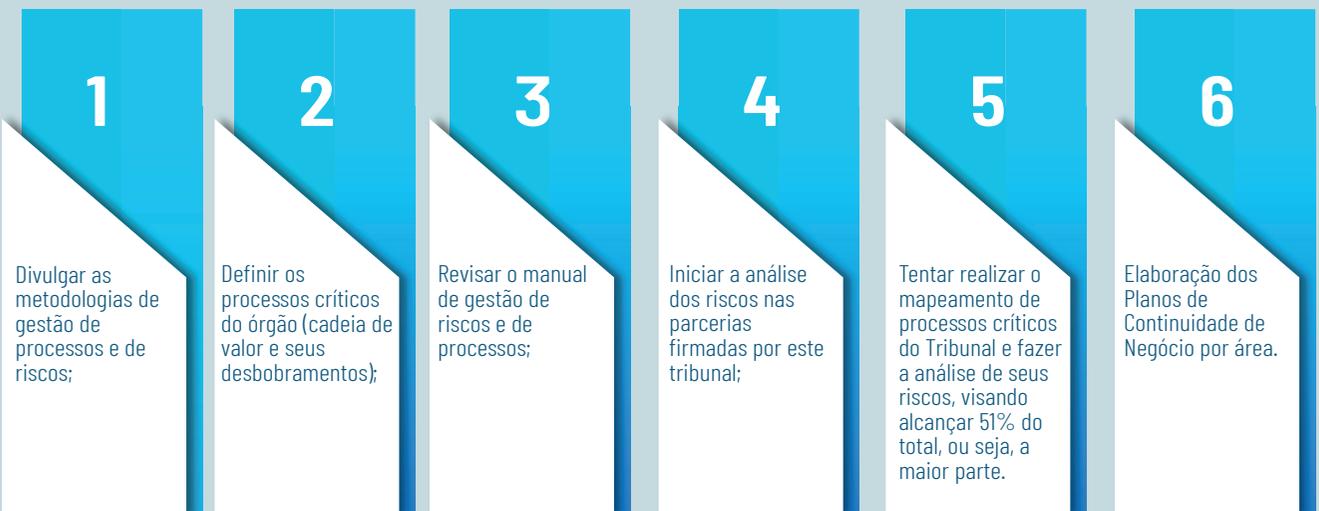
Perspectivas Futuras

Mesmo diante dos atrasos ocorridos por causa da pandemia, há perspectivas de que o mapeamento e análise dos riscos se realize em todas as unidades do Tribunal. Contudo, não podemos estabelecer uma meta, em virtude de ser uma incógnita o fim da pandemia do coronavírus, mas buscando agregar esforços para o negócio da organização, gostaríamos que ocorresse em pelo menos 51% dos seus processos críticos em 2021.

Todavia, uma nova versão do Manual de Gestão de Riscos será publicada, com a pretensão de aproximar os usuários finais (gestores das unidades administrativas) das técnicas utilizadas por este Regional, primando pela simplicidade e resolução prática das dúvidas comuns.

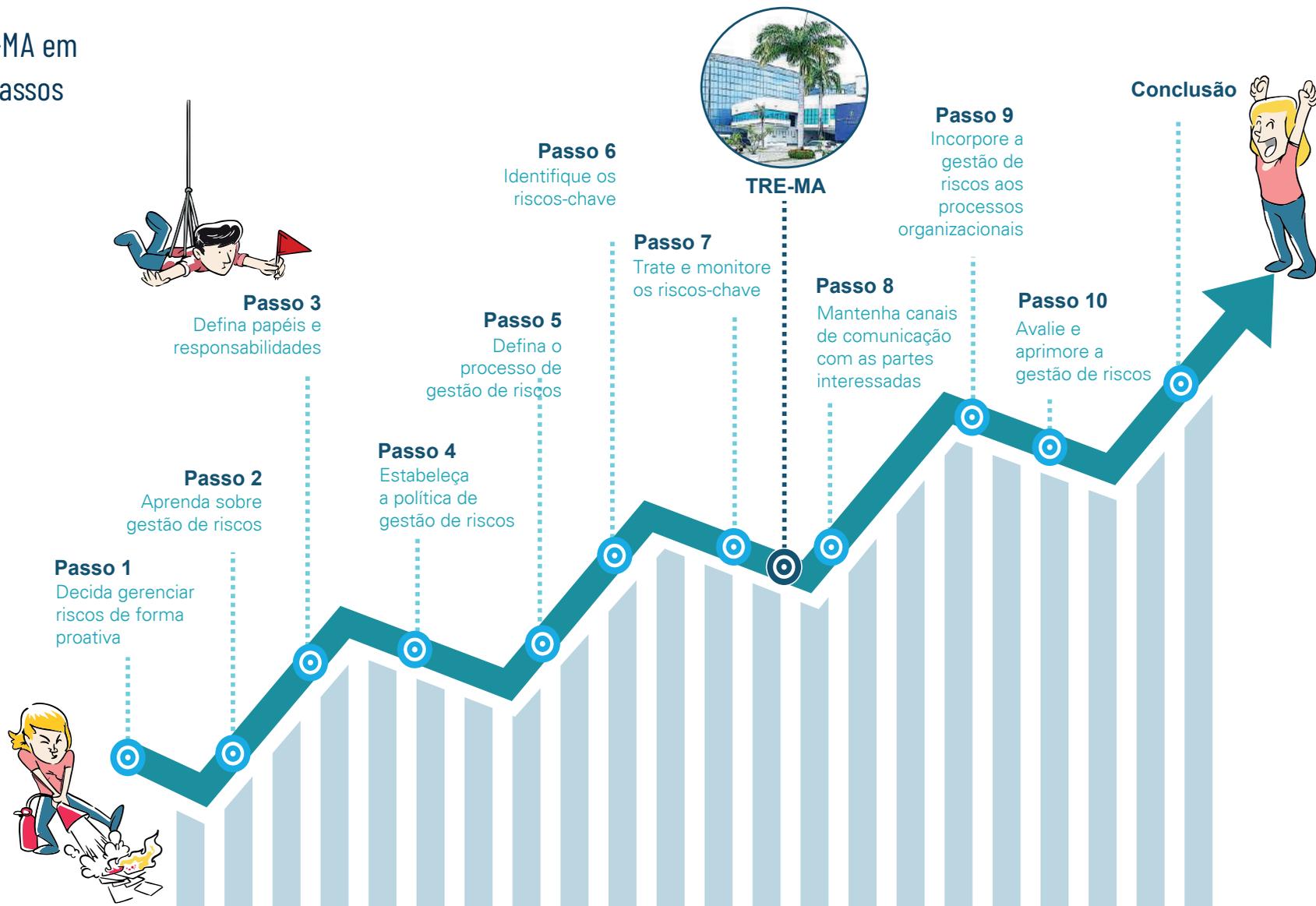
Pretendemos também executar a Política de Continuidade de Negócio, elaborando os planos por área de negócio e divulgando internamente.

Desafios Futuros



Gestão de Riscos

Posição do TRE-MA em relação aos 10 passos da cartilha TCU



Riscos Críticos 2020

MAPA DE RISCOS ALTOS E CRÍTICOS - 2020

RISCO			Objetivo Impactado	AVALIAÇÃO DO RISCO			Controles Propostos / Ações Propostas			
Evento de Risco	Causas	Efeitos / Consequências		P	I	NR	Tipo	Ação	Unidade Responsável	stakeholder
Regulamentação de prazo para tramitação dos processos nas unidades	Análise de Alta Administração	Conclusão na data programada Celeridade na prática dos atos pelas unidades	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Corretiva	Monitoramento da tramitação do Processo	COLAC	Empresas
Procura maior que a demanda (aparecer mais pessoas para atendimento do que a capacidade de atender)	Precariedade, insuficiência, sem antecedência - divulgação do Fechamento do Cadastro	Filas imensas	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Muito Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	"Recomendar a divulgação na Semana do Jovem Eleitor Intensificar as campanhas nas mídias locais e redes sociais Começar a campanha de divulgação em final de abril"	ASCOM, EJE e Cartórios Eleitorais	Eleitores
Procura desnecessária	Desinformação	Eleitores procuram o cartório sem necessidade no momento ocasionando o aumento do atendimento.	Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur	Muito Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	"Informar os líderes locais sobre os serviços disponíveis antes e pós fechamento do cadastro. Capacitar a equipe de triagem e os organizadores de fila para dispensar os eleitores com procura desnecessária"	CRE e Cartórios Eleitorais	Eleitores
Não efetividade da fiscalização	Concentração das atividades no período eleitoral	Prejuízo no exercício do poder de polícia	Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur	Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	Estabelecer e divulgar com antecedência ações cobradas pela sede aos Chefes de Cartório	COFIC/CO-JUC	DG, SGP e Zonas Eleitorais
Juntas não definidas até 10/06.	Indefinição administrativa	Atrapalha ou inviabiliza o processo licitatório	Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Muito Alta	Alto	Risco Crítico	Preventiva	Solicitar prioridade para definição das Juntas Eleitorais	Equipe do Processo	DG

Riscos Críticos 2020

RISCO			Objetivo Impactado	AVALIAÇÃO DO RISCO			Controles Propostos / Ações Propostas			
Evento de Risco	Causas	Efeitos / Consequências		P	I	NR	Tipo	Ação	Unidade Responsável	stakeholder
Empresas licitantes proporem valor inexequível	Empresas licitantes querendo ganhar a licitação	Dificuldade na execução das atividades	Garantia dos direitos de cidadania	Muito Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	"Analisar previamente com a SELIC e ASTEC formas de evitar e desclassificar propostas de preços inexequíveis Destacar no TR a obrigatoriedade de execução das rotas licitadas e enfatizar aos licitantes durante o processo licitatório que evitem propostas inexequíveis."	COLOG/SE-LIC/ASTEC	empresas, mesários, administradores de prédio, eleitores
Empresa se recusar a efetuar as rotas conforme licitado	Aumentar a margem de lucro	Dificuldade na execução das rotas	Garantia dos direitos de cidadania	Muito Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Corretiva	"Colocar a obrigatoriedade de execução das rotas no contrato Vincular a obrigação como penalidade passível de multa até rescisão contratual Enfatizar o cumprimento das rotas durante as reuniões com as empresas contratadas"	COLOG	empresas, mesários, administradores de prédio, eleitores
Empresa entregar equipamentos fora do prazo	Atraso na licitação Atraso na entrega Atraso na Receita Federal	"Comprometimento do planejamento; Pouco tempo para teste dos equipamentos; Comprometimento do treinamento;"	Garantia dos direitos de cidadania	Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	"Acompanhar contratação do TSE. Acompanhar repasse de recursos. Acompanhar contratação no TRE. Contactar empresa vencedora do certame. Conversar com o coordenador de infraestrutura do TSE ainda em 2019 para tratar da contratação"	STIC	Candidatos, Eleitores, técnicos de PATs
Ocorrências de falhas na integração do PJE com o SPCE	Sistema novo	Dificuldades em processar a prestação de contas	Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Média	Alto	Risco Alto	Preventiva	Utilizar comissão do PJE para orientar os usuários, repassar as ocorrências locais ao TSE e as instruções aos analistas	SECEP	
Público externo ter dificuldade em manusear e compreender as alterações de sistemas previstas na resolução	Sistema novo, resistência a mudança	Atraso na entrega das PC e nas respostas as diligências, aumento da quantidade de consultas	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Alta	Médio	Risco Alto	Preventiva	Divulgar FAQ, insentivar os Chefes de Cartório para que realizem reuniões com contadores de partidos para orientar sobre as novas regras	SECEP	Zonas Eleitorais e CRE

Riscos Críticos 2020

RISCO			Objetivo Impactado	AVALIAÇÃO DO RISCO			Controles Propostos / Ações Propostas			
Evento de Risco	Causas	Efeitos / Consequências		P	I	NR	Tipo	Ação	Unidade Responsável	stakeholder
Queda de energia no Cartório Eleitoral por muito tempo ou no fim do horário	Problemas na rede de fornecimento	Alguma candidatura pode deixar de ser registrada	Garantia dos direitos de cidadania	Muito Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	"Solicitar à COSEG equipe para elidir eventuais falhas no sistema de energia elétrica no período nos dias 14 e 15 de agosto de 2020. Solicitar revisão preventiva de todos os no-break."	SEDAP	COSEG
Não participarem efetivamente do Comitê de Segurança	Falta de apoio da alta administração	Prejuízo na avaliação do processo	Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Muito Alta	Muito Alto	Risco Crítico	Preventiva	Propor uma norma para regulamentar o Comitê de Segurança com participação efetiva da SESET. Remapeamento do processo e reanálise dos riscos.	SESET	Assessor da Corregedoria ou da Presidência
O Conselho Gestor não concordar com as propostas de alterações das regras que disciplinarão o controle da frequência na reunião do dia 16/08.	"Complexidade do assunto por dizer respeito a jornada de trabalho; Controle mais rigoroso da frequência; Atribuir uma maior responsabilidades aos gestores. "	"Retardamento da vigência das regulamentações que disciplinarão a matéria; Dificuldade em controlar frequência e horas extras"	Melhoria da gestão de pessoas	Muito Baixa	Médio	Risco Pequeno	Compensatória	Reformular minuta e levar a apreciação do Conselho Gestor por email	SGP	DG
Aumento da incidência de urnas com defeito.	"Urnas localizadas nas zonas estarem desde 10/2018 sem manutenção; Inexistência do contrato de manutenção corretiva desde 13/05/2019"	"Diminuição da quantidade de urnas a ser utilizadas na eleição 2020; Aumento do indicador de urnas substituídas"	Fortalecimento da segurança do processo eleitoral	Baixa	Alto	Risco Moderado	Preventiva	"Acelerar o recolhimento das UEs e providenciar a manutenção Solicitar ao DG que determine acelerar a adequação do ambiente de carga"	SEMUE	COSEG
Juntas não definidas até 10/06.	Indefinição administrativa	Atrapalha ou inviabiliza o processo licitatório	Garantia dos direitos de cidadania	Muito Alta	Alto	Risco Crítico	Preventiva	Solicitar prioridade para definição das Juntas Eleitorais	Equipe do Processo	DG

Replanejamento Eleições 2020

Devido à pandemia, houve alteração da data da eleição o que provocou o replanejamento dos processos de Eleições 2020



PLANO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES 2020

<https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/goveranca-gestao/governanca-das-eleicoes>

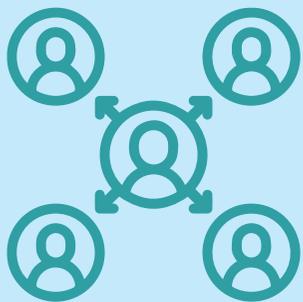
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2020

<https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/goveranca-gestao/governanca-das-eleicoes/informacoes#ancora-3>

Pessoas

CONFORMIDADE LEGAL

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os mecanismos da governança e de gestão de pessoas do TRE-MA.



PRINCIPAIS NORMAS INTERNAS

As principais normas são as Lei 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, e a 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

A nível nacional a SGP segue as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, como a Resolução CNJ nº. 192/2014, que instituiu a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário; A Resolução CNJ nº. 207/2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário; A Resolução CNJ nº. 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. E a Resolução CNJ nº. 240/2016, que instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Em todas elas, o CNJ determina aos Tribunais que promovam ações visando às suas implementações.

Ainda em nível nacional a SGP segue as orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, como as constantes dos Acórdãos 3.023/2013, 358/2017, 588/2018 e 2699/2018, que recomendam a todos os Órgãos da Administração Pública Federal a adoção de medidas para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas, em busca de melhores resultados para a sociedade. A Secretaria obedece, ainda, normas gerais do Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto aos normativos internos, a principal norma é a Política de Gestão de Pessoas do TRE-MA, regulamentada através da Resolução 9112/2017, com objetivo de alinhar as práticas de gestão de pessoas à missão, aos objetivos estratégicos e aos indicadores organizacionais.

A política traçou 7 (sete) linhas de ação, as quais representam os processos de trabalho da área de gestão de pessoas, direcionando as principais atividades e viabilizando a implantação das ações: gestão por competência; desenvolvimento gerencial; política de reconhecimento; gestão do clima organizacional; qualidade de vida; lotação e movimentação; e treinamento e capacitação.

Além da Política, foi expedida a Portaria 211/2019, instituindo e compondo o Comitê Local de Gestão de Pessoas e o Comitê de Atenção Integral a Saúde de Magistrados e Servidores, visando criar estruturas de governança para assegurar que as decisões e as ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades da organização.

Pessoas

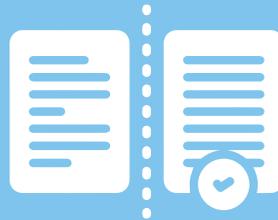
MECANISMOS DE CONTROLE ADOTADOS NA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO E NA GESTÃO DE PESSOAS

A gestão da folha de pagamento do Tribunal é realizada através de sistemas informatizados, tanto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quanto por sistemas próprios.

Cada Seção da Secretaria de Gestão de Pessoas alimenta mensalmente com informações, dentro dos sistemas, e encaminha para a Seção de Folha de Pagamento (SEPAG).



Além disso, a SEPAG recebe das Seções relatórios emitidos nos sistemas, formalizados em um processo administrativo, que serve de controle para que a unidade compare com as informações que constam no sistema.



O Processo Administrativo tramita para a Assessoria Técnica da Diretoria Geral, Coordenadoria de Finanças e, por fim, para a Seção de Contabilidade, esta faz a conformidade antes do efetivo pagamento.



Assim como na folha de pagamento, a SGP conta com diversos sistemas informatizados que representam mecanismos de controles na gestão de pessoas.

Esses sistemas são disponibilizados pelo TSE e os demais são aplicações próprias, que servem para inserir todas as informações dos registros funcionais dos servidores, magistrados e colaboradores, além de gerenciar outras informações que subsidiam as folhas de pagamento.

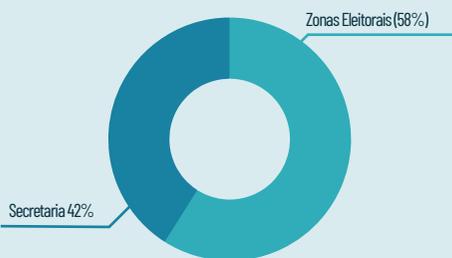
Pessoas

FORÇA DE TRABALHO

O quadro de vagas do TRE-MA é composto por 487 cargos efetivos, que decorrem de criação por lei específica, da redistribuição com outros Órgãos do Poder Judiciário da União, além de 36 cargos comissionados, escalonados de CJ-1 a CJ-4, e 373 funções de confiança, estas, escalonadas de FC-1 a FC-6.

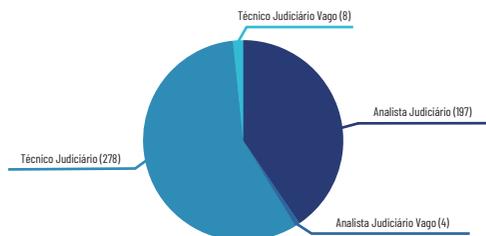
UNIDADE DE EXERCÍCIO

A maior parte da força de trabalho do TRE-MA está concentrada nas Zonas Eleitorais.

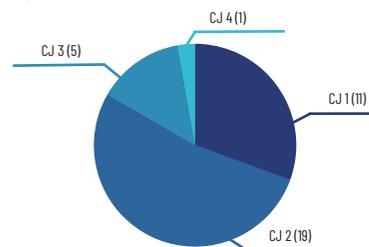


QUADRO PESSOAL

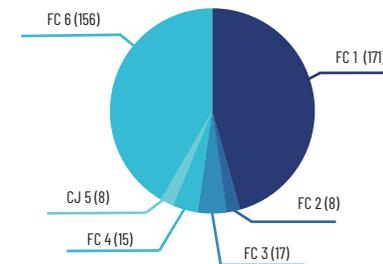
Cargos Efetivos (487)



Cargos Comissionados (36)

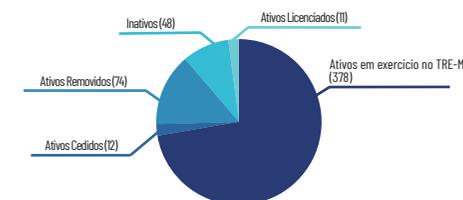


Funções Comissionadas (373)



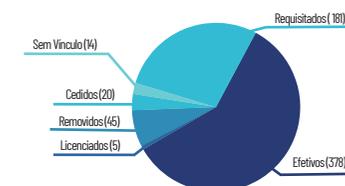
SITUAÇÃO FUNCIONAL

O TRE-MA, no ano de 2020, contou com 475 servidores ativos, a maioria em exercício no próprio Tribunal, e os demais em exercício em outros Órgãos - em decorrências de cessões, licenças e remoções, além de 48 servidores na qualidade de inativos.



FORÇA EFETIVA DE TRABALHO

A força de trabalho representa a concreta capacidade laboral de servidores em exercício no Tribunal, na condição de efetivo do próprio quadro do TRE-MA e de outros Órgãos - na qualidade de removido, licenciado, cedidos e requisitado, além dos servidores sem vínculo que exercem cargos comissionados. Em 2020, o Tribunal dispôs da força de trabalho de 643 servidores.

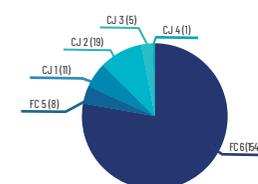


OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS

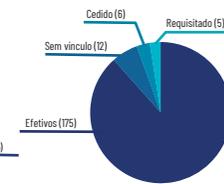
As funções comissionadas de natureza gerencial, bem como os cargos comissionados, são aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, exigindo-se do titular formação superior e participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

No TRE-MA existem 198 cargos gerenciais, dentre os quais figuram todos os Cargos Comissionados e as Funções Comissionadas FC-5 e FC-6

Cargos Gerenciais x Comissionamento (198)



Cargos Gerenciais x Situação Funcional (198)



Pessoas

CARREIRA DOS SERVIDORES

A carreira dos servidores vai da Classe- Padrão A1, ao ingressar no cargo, à Classe- Padrão C13. As movimentações ocorrem a cada interstício de 1 (um) ano. A maior parte dos servidores do TRE-MA encontra-se na Classe- Padrão C13 (65,3%), ou seja, estão em exercício há mais de 12 anos.

Classe- Padrão	Analistas	Técnicos	Total
A1	1	0	1
A2	1	1	2
A3	1	1	2
A4	15	16	31
A5	20	30	50
B6	0	2	2
B7	1	3	4
B8	2	5	7
B9	7	4	11
B10	3	8	11
C11	6	10	16
C12	9	19	28
C13	131	179	310
TOTAL	197	278	475

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

As tabelas contendo informações sobre estruturas remuneratórias dos servidores efetivos e comissionados, assim como dos membros da magistratura estão disponíveis no portal da transparência do TRE-MA, em:

Estrutura Remuneratória - Cargos Efetivos

<https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnjl/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-cargos-efetivos>

Estrutura Remuneratória - Cargos em Comissão e Funções de Confiança

<https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnjl/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-cargos-em-comissao-e-funcoes-de-confianca>

Estrutura Remuneratória - Membros da Magistratura

<https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnjl/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-membros-magistratura>



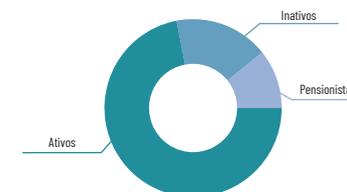
DESPESA COM ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA

A despesa mais representativa é com os ativos, justificada pela quantidade superior em comparação com os aposentados, que são apenas 48, e com os pensionistas, que são apenas 30.

Ativos - R\$ 133.923.589,27

Inativos - R\$ 14.902.205,05

Pensionistas - R\$ 6.962.216,04



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O aumento das despesas de pessoal nos últimos anos justifica-se pela implantação do Plano de Cargos e Salários (Lei 13.317/16) cuja última parcela de implantação ocorreu em janeiro/2019, bem como do advento da Lei 13.150/2015, que criou 38 novos cargos e mais 130 funções gratificadas, além de transformar outras 92 funções de nível FC1 em FC6.

ANO	ATIVOS (R\$)	INATIVOS (R\$)	PENSIONISTAS (R\$)
2014	85.312.326,21	9.866.929,29	5.567.296,21
2015	83.549.681,90	11.273.159,83	6.130.625,23
2016	105.807.778,59	11.245.649,08	6.659.268,35
2017	111.040.259,03	12.304.298,26	7.089.195,96
2018	126.603.946,91	12.745.514,71	7.162.520,53
2019	130.001.223,59	14.483.227,39	6.979.272,24
2020	133.923.589,27	14.902.205,05	6.962.216,04

Pessoas

RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS



O Recrutamento de servidores acontece por meio de concurso público. O último realizado aconteceu em 2015 e o prazo de vigência expirou em 21/12/2019. Foram nomeados 45 Analistas Judiciários e 57 Técnicos Judiciários.

A primeira alocação do servidor é escolhida em audiência pública para locais com lotações disponíveis, respeitando a ordem de classificação, exceto para cargos privativos da secretaria.

As movimentações internas acontecem de acordo com a necessidade da organização e, sempre que possível, por interesse do próprio servidor, respeitando seu perfil. A Gestão por competência em implantação visa subsidiar a administração nessa tomada de decisão.

Um representativo avanço no TRE-MA é o processo de recrutamento e seleção de servidores para formação de comissões e grupos de trabalho. As vagas são ofertadas por meio de sistema informatizado próprio e respeitando critérios de pontuação técnicos, transparentes e impessoais, dando ampla divulgação e acesso universal para que os interessados em concorrer.

SERVIDORES EM CONDIÇÃO DE APOSENTADORIA

No Tribunal existem 26 servidores que recebem o abono de permanência, que materializa a quantidade de servidores que se encontram em condição de aposentadoria.



ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO



A capacitação dos servidores é norteada pela Plano Anual de Capacitação (PAC), que, alinhado ao Plano de Gestão deste Tribunal, à Resolução TSE nº 22.572/2007 e ao orçamento disponível, consubstancia as necessidades apresentadas pelos gestores das Unidades no início de cada exercício. Esforços estão sendo envidados para que esse Levantamento de Necessidade de Capacitação seja substituído pela Gestão por Competência (GpC), ainda em fase de implementação, com previsão de término no decurso de 2021. Dessa forma, em 2022 as necessidades serão apontadas pela GpC.

Medir o desempenho dos servidores ainda representa um desafio aos Órgãos Públicos. No TRE-MA não é diferente. Muito embora a implantação da GpC represente um avanço para o levantamento das necessidades de capacitação, a metodologia para medir desempenho precisa amadurecer para efetivamente se tornar uma ferramenta estratégica de valorização funcional.

O Tribunal realiza anualmente o Selo de Boas Práticas, que reconhece os servidores que melhor se destacaram com projetos e ações para o Tribunal. Além de certificação, recebem de premiação uma capacitação como forma de incentivo para melhoria contínua.

Pessoas

TRABALHO REMOTO E VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

A Portaria Conjunta nº 1/2020 deste TRE-MA, de 17/03/2020, início da pandemia, adotou medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com coronavírus, causador da COVID-19, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Não só os servidores pertencentes ao grupo de risco foram afastados, todos os demais foram logo em seguida, os quais passaram a realizar o trabalho de forma remota.

A continuidade do plantão remoto extraordinário é a política institucional prioritária, e por tempo indeterminado, com a finalidade de reduzir a exposição dos servidores ao contágio frente à pandemia, assegurada a manutenção de serviços essenciais jurisdicionais e administrativos, inclusive voltados à execução das eleições.

Foi instituído um plano de retorno gradual às atividades eminentemente presenciais.

De início, foi realizado um diagnóstico para identificar quais servidores figuram nos grupos de risco, mapear ocorrências de Covid-19 e verificar a percepção dos servidores sobre o retorno às atividades presenciais. Nesse cenário, fez-se necessário instituir políticas e práticas de flexibilização do local e do horário de trabalho, adequando-se a realidade, permanecendo em trabalho remoto todos os membros, servidores e estagiários que figuram nos grupos de risco.

Após, se levantou junto aos gestores quais as unidades, processos de eleição e papéis ocupacionais podem permanecer em trabalho remoto por não trazer qualquer prejuízo ao andamento das atividades, bem como os que devem retornar.

Além disso, membros, servidores e estagiários, que apresentarem sintomas de gripe, procuravam atendimento médico-assistencial presencial ou através dos telefones disponibilizados para adequada condução do quadro clínico e afastamento, bem como a adoção do protocolo pertinente.

A Administração providenciou a aquisição de materiais de proteção individual e a adequação dos ambientes, quando necessário, bem como intensificou a limpeza e higienização dos locais e equipamentos de uso comuns.

A utilização de máscara de proteção facial (cirúrgicas, de tecido, entre outras) cobrindo o nariz e a boca permanece obrigatória desde a entrada do membro, juiz, servidor, estagiário ou colaborador nas unidades do TRE-MA e Cartórios Eleitorais.

O registro do ponto continua sendo realizado eletronicamente, ficando dispensada a autenticação pela digital.

Na área de acesso à unidade, buscou-se a identificação dos locais e observou-se distanciamento social.

Houve a realização de atendimento médico e psicossocial de emergência, de forma remota, assim como as reuniões e sessões plenárias continuam de forma virtual e foram suspensas a realização de eventos e visita ao memorial nas dependências das unidades do TRE-MA, bem como a designação de membro, juiz ou servidor para participar de eventos em que haja aglomeração de pessoas. Dessa forma, em 2020, as ações de valorização das pessoas, do ambiente e das condições de trabalho se consubstanciaram como o propósito mais importante da Gestão de Pessoas do TRE-MA.



PRINCIPAIS METAS NÃO ALCANÇADAS, PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS.

Outra importante evolução da SGP prevista para 2021 será alcançar um estágio mais maduro na sua concepção e nas práticas da Gestão de Pessoas por Competência (GpC).

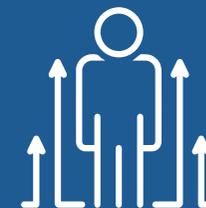
A GpC é um sistema integrado de gestão de pessoas que considera que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Portanto, faz-se necessário identificar, medir e desenvolver continuamente essas competências.

Em 2021 está previsto o Ciclo de Avaliação dos Gestores e Servidores do TRE-MA, que permitirá descobrir as lacunas de desenvolvimento (gaps) de cada servidor e traçar um plano de desenvolvimento individual. Essa prática permitirá, em breve, que o Plano Anual de Capacitação (PAC) seja realizado com base nos resultados das avaliações e nos planos criados em conjunto com os gestores, otimizando, dessa forma, os recursos de capacitação.

Visando criar bases para um amadurecimento racional dos processos internos da Secretaria de Gestão de Pessoas os mesmos foram mapeados e redesenhados entre 2018 e 2020, e levaremos para apreciação superior em 2021, para validação e implementação, em contraposição a uma excessiva burocracia existente, que não agrega valor, traz retrabalho e desperdício de recursos, afastando os gestores da sua principal missão de existir: gerir.

Outros importantes projetos estão previstos para acontecer em 2021, como criar um Plano de Riscos para a Gestão de Pessoas; definir os requisitos objetivos mínimos de acesso (formação e experiência) para cada papel gerencial do Tribunal;

instituir o Teletrabalho; e dimensionar, sob orientação do Tribunal Superior Eleitoral, a força de trabalho por unidade.



Gestão Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, O TRE-MA observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, CNJ e demais órgãos de controle externo.

Modelo de Governança de TI

O Modelo de governança de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão está alinhado à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da resolução nº 211/2015. Será feita uma adequação do modelo existente em relação aos requisitos definidos na nova ENTIC-JUD.

Montante de Recursos em Tecnologia da Informação

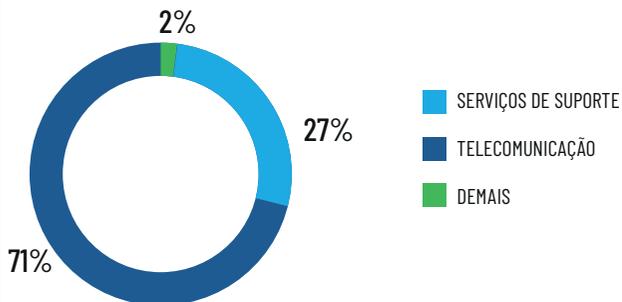
O ano de 2020 afetado com a pandemia foi desafiador para o funcionamento do órgão e consequentemente para aplicação dos recursos. Em relação a 2019 o montante de recursos aplicado foi 15% (quinze por cento) menor. Esse resultado deve-se ao investimento realizado no ano anterior ser superior ao de 2020 cujo objetivo foi melhorar a infraestrutura de TI para a implantação do Processo Judicial Eletrônico - PJe na primeira instância. Os principais gastos de custeio estão relacionados a serviços de suporte de infraestrutura/usuário e telecomunicações, representando respectivamente 27% e 69% do total.

Grupo de Natureza de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Pagas		Valor Pago em Restos a Pagar	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Investimento	5,91	0,63	1,64	5,92	0,92	0,55
Custeio	5,74	5,93	4,77	5,38	1	0,75
TOTAL ¹	7,53	6,56	5,61	11,3	1,92	1,3

Valores expressos em milhões.
Fonte: SIAFI - Gerencial

Gestão Tecnologia da Informação

Distribuição das despesas de TI



Contratações mais relevantes de recursos de Tecnologia da Informação

As contratações mais relevantes com empresas privadas foram direcionadas a aquisição de equipamentos, e atingiram aproximadamente 0,558 milhões. Essas contratações contemplaram a substituição de nobreaks das Zonas Eleitorais que estavam com mais de dez anos de uso e com constantes problemas em seu funcionamento e a aquisição de novos notebooks para atender a crescente demanda por teletrabalho, além de repor a reserva técnica desses equipamentos.

Principais iniciativas/sistemas

Dos projetos que compõem o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC para biênio 2020-21, 22 (vinte e duas) tinham a conclusão prevista para 2020. Destes, apenas 6 foram efetivamente finalizados.



Gestão Tecnologia da Informação

As principais iniciativas executadas em 2020 foram a implantação de uma nova solução de firewall que permitiu a adoção do teletrabalho de forma segura. Também foi substituída toda a infraestrutura de ativos de rede da Secretaria, prédio anexo do TRE e Fórum Eleitoral da capital, incluindo uma nova solução de wifi. Estas implementações trouxeram uma maior resiliência à infraestrutura de comunicação do tribunal, além de segurança no acesso aos recursos de rede do TRE-MA, contribuindo fortemente para atingimento da meta referente ao indicador de disponibilidade da rede e serviços de TI.

A Pandemia e as Eleições, impactaram na implementação de projetos do PDTIC em 2020, tendo como consequência direta, o adiamento de vários projetos constantes do PDTIC.

Cinco principais sistemas desenvolvidos

CronosWeb	Sistema de Ponto Eletrônico via Web para atender as demandas de teletrabalho.
DATAJUD	Implantação
Módulo de Férias	Nova implementação no Portal do Servidor
Sistema de Boas Práticas	Sistema de coleta de sugestões de melhorias nos processos do Tribunal
Sistema de Compartilhamento de Veículos	Sistema para compartilhamento de serviços de transporte entre os órgãos que compõem a ECOLIGA

Resultados que impactaram na cadeia de valor do Órgão

A área de TI possui seis indicadores que influenciam nos resultados da cadeia de valor do Tribunal enquadradas dentro das atividades de suporte aos processos do órgão. O resultado destes indicadores em 2020 foram:

Atingiu a meta

- ◆ Índice de Atendimento às Demandas por Informatização de Processos
- ◆ Índice de Usuários Satisfeitos com as Soluções Informatizadas

Não atingiu a meta

- ◆ Índice de Disponibilidade de Sistemas Essenciais de TIC
- ◆ Disponibilidade da Rede de Comunicação de Dados de Interligação das ZEs
- ◆ Índice de Satisfação dos Clientes com os Serviços de TIC

Não mensurado

- ◆ iGovTIC TCU

Do total de seis indicadores, o iGovTIC do TCU não foi mensurado por conta da pandemia, uma vez que aquele órgão cancelou o levantamento de 2020. Dos restantes, todos atingiram suas metas em 2020.

Gestão Tecnologia da Informação

Segurança da Informação

O ano de 2020 foi atípico em virtude da pandemia que provocou uma grande demanda por parte das áreas técnicas, principalmente daquelas envolvidas com a segurança da informação, em virtude da impossibilidade dos servidores desempenharem suas atividades de forma presencial, gerando uma grande demanda por soluções viabilizadoras de teletrabalho. Então houve a necessidade de implementar-se soluções para trabalhos remotos e para conferências virtuais, o que mobilizou as equipes técnicas nessas implementações em tempo recorde. Este ano também foi de longe o ano que mais os órgãos públicos sofreram com ataque de hackers que ocasionou a indisponibilidade de vários serviços em diversos órgãos. Todo esse cenário serviu de pano de fundo para que o TRE-MA despertasse para o tema Segurança da Informação e se voltasse para a revisão de suas regras de firewall, revisão dos sistemas mais antigos para identificação de possíveis vulnerabilidades e imediata correção dessas situações. Também foi feito um grande esforço para atualização do sistema operacional Windows 7, migrando para Windows 10, em todos os computadores da Secretaria e Zonas Eleitorais. Nesse contexto, o TSE iniciou um processo de avaliação e integração de todas as equipes de tratamento de incidentes de redes de todos os Regionais.

Outro fato importante para o ano de 2020 foi a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que foi motivadora para realização de treinamento com toda a alta administração e principais lideranças, além da construção de treinamento EAD para nivelamento do conhecimento entre os servidores preparando-os para as fases de levantamento e implementação de medidas de proteção de dados pessoais. Trabalho que deve ser alavancado em 2021 com a recente publicação da Resolução nº 363/2021 – CNJ, disciplinando a sua aplicação no Poder Judiciário.



Gestão Tecnologia da Informação

Principais desafios e ações futuras

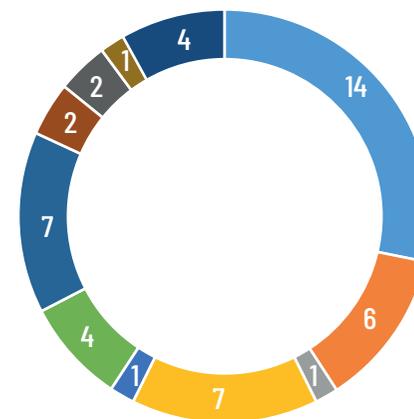
Para o biênio 2020-2021 está inicialmente previsto um total de 40 projetos para serem realizados. Destes, 22 tinham prazo de conclusão em 2020 e os 18 restantes em 2021. Tais projetos são categorizados pelo Objetivo Estratégico ao qual esteja vinculado. No início de 2021 o comitê gestor de TIC realizará a revisão do PDTIC para definição e priorização dos projetos previstos e não realizados em 2020 (um total de 14 projetos) bem como aqueles programados para 2021, já sob a ótica da nova ENTIC-JUD elaborada pelo CNJ. Nessa revisão do PDTIC estaremos fazendo o alinhamento das ações com os recentes direcionamentos do CNJ em relação a segurança cibernética.

Vários projetos programados para 2020 foram altamente impactados pela pandemia bem como pelo processo eleitoral totalmente diferenciado também devido a pandemia.

Vislumbramos como principal desafio para área de TIC para os próximos exercícios, o desenvolvimento de novas atividades operacionais, de controle, monitoramento e gestão em um cenário de pandemia, com enfoque especial para o cumprimento das deliberações e diretrizes estabelecidas pelo Comitê Nacional de Segurança Cibernética do Judiciário, criado recentemente pelo CNJ e também pela nova estratégia digital do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) aprovada em 2020 com vigência entre 2021-2026.

QUANTIDADE DE PROJETOS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO BIÊNIO

2020-2021



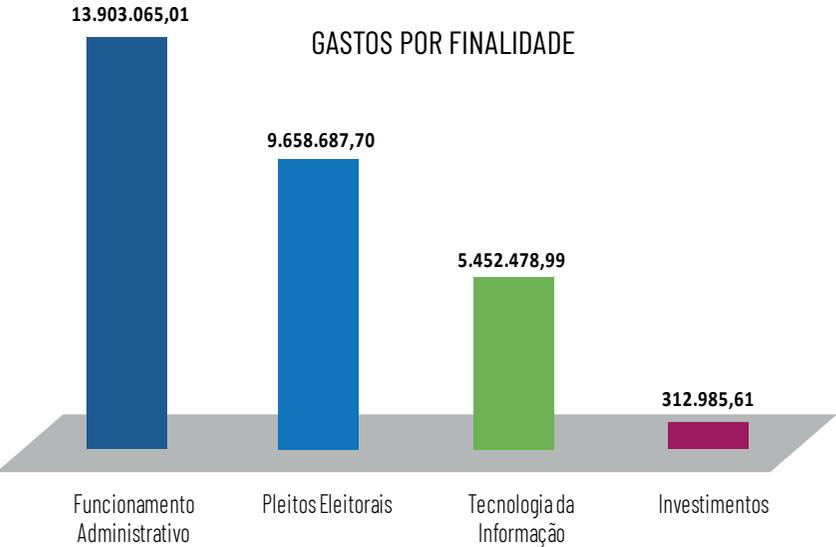
- Garantir a infraestrutura de TIC
- Aprimorar a gestão de serviços
- Aprimorar a gestão orçamentária
- Contribuir para o aprimoramento do processo eleitoral
- Aprimorar a segurança da informação em TIC
- Aprimorar a gestão de projetos de desenvolvimento de software
- Contribuir para o aprimoramento do processo eleitoral
- Aprimorar as contratações de TIC
- Assegurar a satisfação dos usuários de TIC
- Garantir o desenvolvimento de competências e habilidades
- Aprimorar a gestão de projetos de desenvolvimento de software

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Gestão de licitações e contratos

Conformidade legal

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conta com a Assessoria Jurídica que integra a sua estrutura e de acordo com as competências estabelecidas na Resolução 7044/2007 (Regulamento Interno), garante a conformidade das contratações com as normas vigentes.



FONTE: Siafi

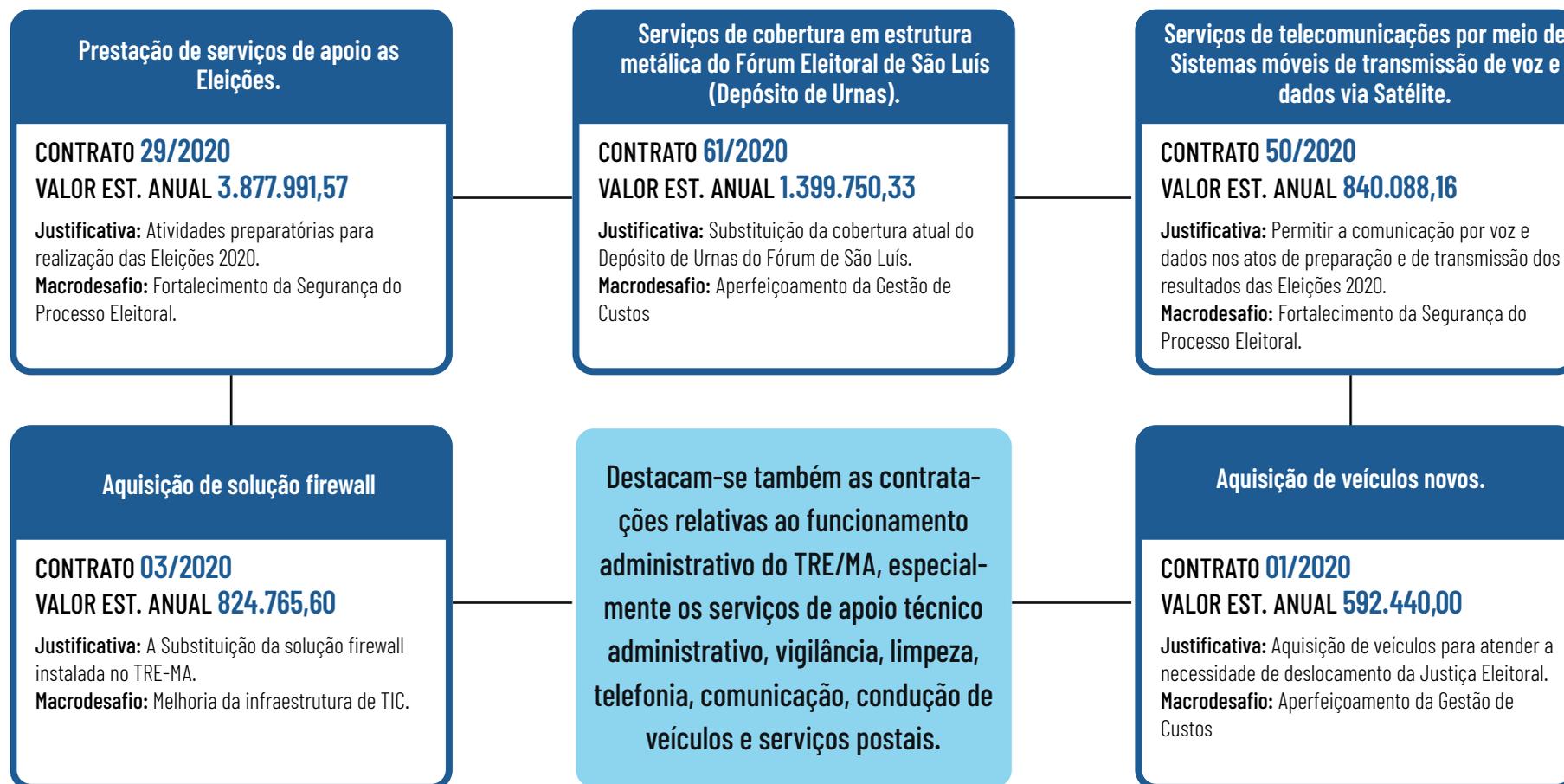


DETALHAMENTO DO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	
TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS	VALOR R\$
Apoio Administrativo	2.271.300,13
Energia Elétrica	2.084.980,40
Locação de Imóveis	1.802.220,78
Manutenção Predial	1.730.360,46
Vigilância	1.398.700,59
Limpeza e conservação	1.390.521,29
Estagiários	834.534,08
Vigilância eletrônica	449.463,40
Manutenção de veículos	340.540,19
Telefonia fixa	250.034,45
Serviços de Logística	127.090,74
Manut. de máquinas e equipamentos	120.280,74
Água e esgoto	117.822,32
Outros serviços e materiais	985.215,44
TOTAL	13.903.065,01

Gestão de licitações e contratos

Objetivos estratégicos

As contratações mais relevantes estão alinhadas com os macrodesafios constantes do mapa interativo do Planejamento Estratégico do TRE-MA (<https://www.tre-ma.jus.br/o-tre/goveranca-gestao/plano-estrategico/plano-estrategico>).



Gestão de licitações e contratos

Aquisição de notebooks.

CONTRATO 60/2020
VALOR EST. ANUAL 446.405,00

Justificativa: Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia.

Macrodesafio: Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Aquisição de baterias seladas para urnas eletrônicas.

CONTRATO 13/2020
VALOR EST. ANUAL 389.728,82

Justificativa: Para atender as necessidades de funcionamento das urnas eletrônicas.

Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

Serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas nas Eleições 2020.

CONTRATO 33/2020
VALOR EST. ANUAL 527.200,00

Justificativa: Permitir a comunicação por voz e dados nos atos de preparação e de transmissão dos resultados das Eleições 2020.

Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

Serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas nas Eleições 2020.

CONTRATO 34/2020
VALOR EST. ANUAL 462.400,00

Justificativa: Propiciar ao eleitor as condições para o pleno exercício do voto nas datas marcadas para as Eleições, haja vista a disponibilização das urnas eletrônicas nos locais de votação em todo o Estado do Maranhão.

Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

Serviços para auxiliar nas atividades de cadastramento biométrico de eleitores

CONTRATO 05/2020
VALOR EST. ANUAL 344.041,12

Justificativa: Atender a demanda de serviços auxiliares do sistema de identificação biométrica dos eleitores.

Macrodesafio: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

Contratos de Gestão:
Não houve a celebração de contratos de gestão no exercício 2020.

Gestão de licitações e contratos

PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES EM 2020

Contratações Diretas 59

Pregões Eletrônicos 58

Tomada de Preços 01

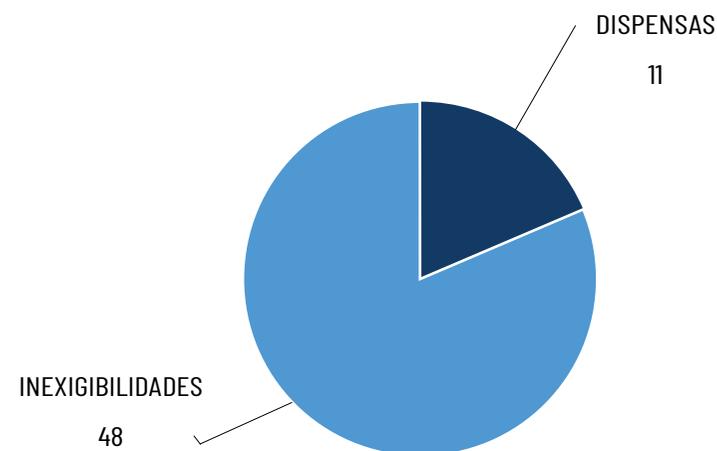
Principais tipos das contratações diretas

- Assinatura de ferramentas eletrônicas;
- Aquisição de equipamentos de TI;
- Cursos e treinamentos;
- Fornecimento de água e serviços e esgoto ;
- Fornecimento de Energia Elétrica;
- Licenças de softwares;
- Locação de Imóveis;
- Locação de equipamentos;
- Serviços de recolhimento e descarte de lixo hospitalar infectante; e
- Serviços de chaveiro.

Justificativas

Entre as contratações diretas, destacam-se a contratação dos serviços de suporte técnico e atualização de software Oracle Database Enterprise Edition, aquisição de módulo de potência para nobreaks do Data Center com fundamento no art. 25, incisos I, da Lei 8.666/93, fornecimento de carimbos e aquisição de luvas descartáveis e álcool em gel como medida de enfrentamento da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Destacam-se também as contratações de fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo, locação de imóveis com fundamento no art. 24, X, da Lei 8.666/93 e inscrição de servidores em cursos e treinamentos, com base no art. 25, II c/c o art. 13 da Lei 8.666/93.



Gestão de licitações e contratos

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.

As contratações e aquisições realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão adotam critérios de sustentabilidade em consonância com a Instrução Normativa de nº 05/2017- TRE/MA, observando os seguintes itens.

- 1 Rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;
- 2 Eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos observados os normativos legais existentes;
- 3 Eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;
- 4 Emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- 5 Prioridade para bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, reciclável, atóxico ou biodegradável, nos termos estabelecidos na legislação vigente, normas técnicas brasileiras ou regulamentos pertinentes; e
- 6 As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia na manutenção e na operacionalização da edificação, à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental e aos critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente aceitáveis.



Governança das Aquisições

O TRE-MA vem realizando com foco nos levantamentos de governança e gestão que o Tribunal de Contas da União- TCU, aplica sistematicamente para conhecer melhor a situação da governança no setor público, a adoção da boa prática de garantir o efetivo cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo referido órgão de controle.

O principal desafio é a melhoria contínua do índice de governança e gestão das contratações (iGovContrat), bem como o índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat), constantes do levantamento da autoavaliação de governança do TCU.

Através do indicador estratégico iGovAquisições- TRE-MA, são estabelecidas as metas para cumprimento das ações de melhoria com base nos itens em que o resultado da autoavaliação do TCU não tiveram classificação satisfatória.

AÇÃO	SITUAÇÃO
Revisar o fluxograma dos processos de contratações, incluindo as etapas de planejamento.	CONCLUÍDA
Aprovar e publicar o ato normativo interno que aprova o fluxo dos processos de contratações.	CONCLUÍDA
Aprovar e publicar o ato normativo interno que adota a lista de verificação a ser utilizada pelo Pregoeiro Oficial nos processos de contratações.	CONCLUÍDA
Aprimorar a gestão de riscos dos processos de contratações, utilizando sistema de TI	EM ANDAMENTO

Item em andamento
1 (25%)

GRÁFICO INDICADOR - iGovAquisições 2020



Itens atendidos
3 (75%)

Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

O TRE-MA, através da Seção de Gestão de Patrimônio - SEGEP, responsável pela gestão patrimonial, apresenta conformidade legal de acordo com a legislação que rege a gestão patrimonial na Administração Pública.

Desafios e ações futuras

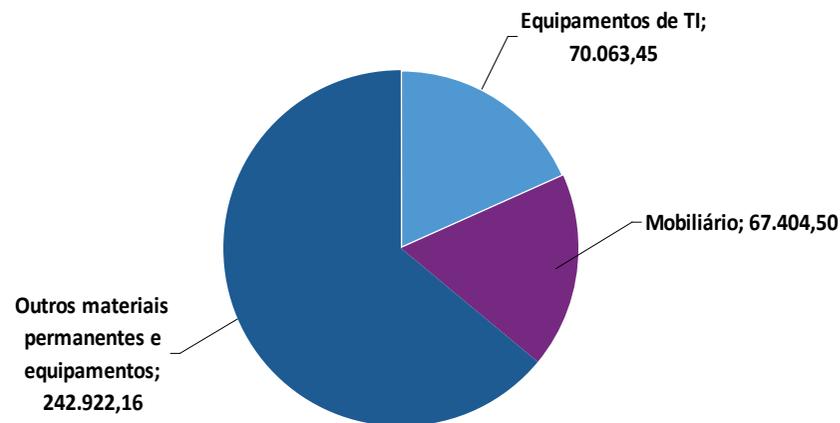
O principal desafio é promover a eficiência na utilização dos espaços físicos com segurança e integração para os servidores e cidadãos que são atendidos pela Justiça Eleitoral do Maranhão, priorizando a modernização no atendimento ao público.

Por orientação do Tribunal Superior Eleitoral atendendo aos princípios da efetividade e economicidade a ocupação imobiliária na Justiça Eleitoral deve ser priorizado o modelo de ocupação que ocorre por meio da cessão de uso de bens públicos, através de instrumento de cooperação entre órgãos ou entidades, bem como verificada a existência dessa forma de cooperação junto ao Tribunal de Justiça para cessão de parte do espaço do foro para uso da Justiça Eleitoral.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Foram realizadas 2 (duas) locações de imóveis destinadas ao funcionamento dos Cartórios Eleitorais das 56ª e 80ª Zonas Eleitorais dos Municípios de Barreirinhas e Santa Luzia do Paruá, respectivamente.

Fonte: Seção de Contratações e Aquisições



Gestão orçamentária e financeira

Orçamento total aprovado 2020



*Acréscimos = Créditos adicionais recebidos + provisões recebidas

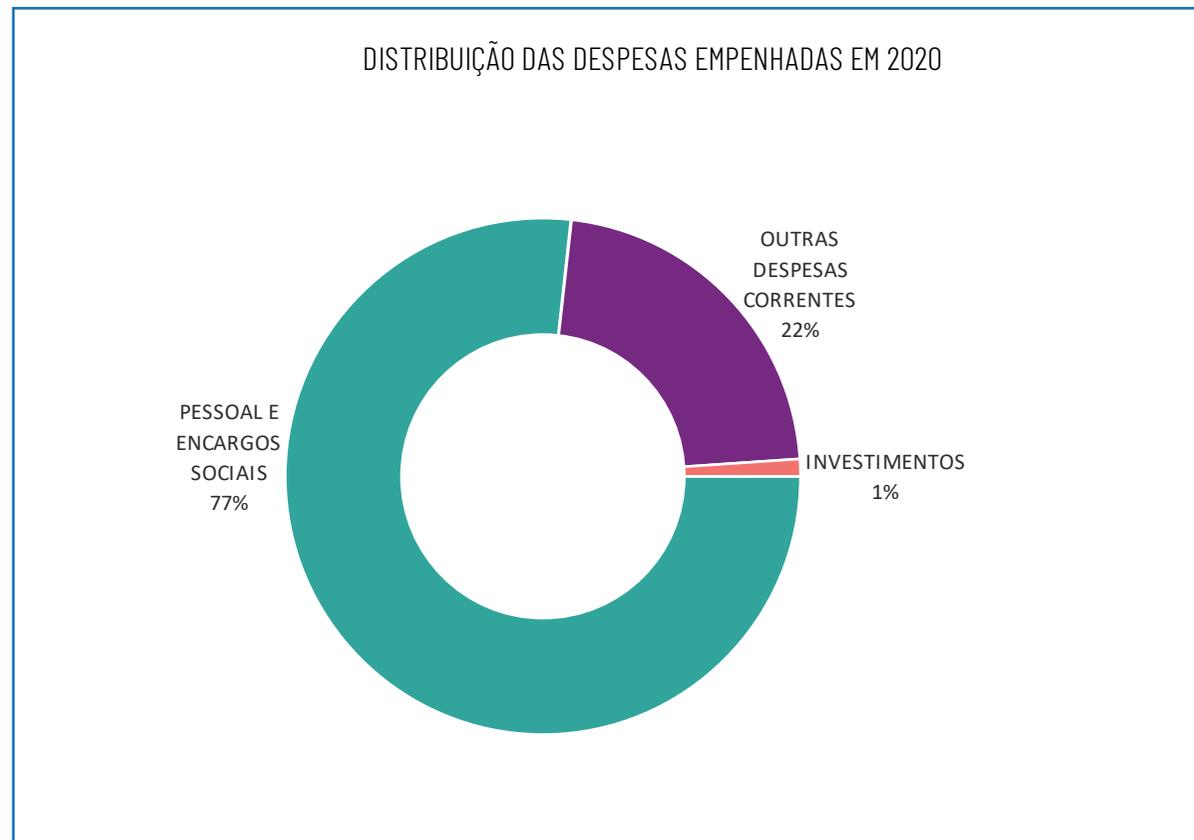
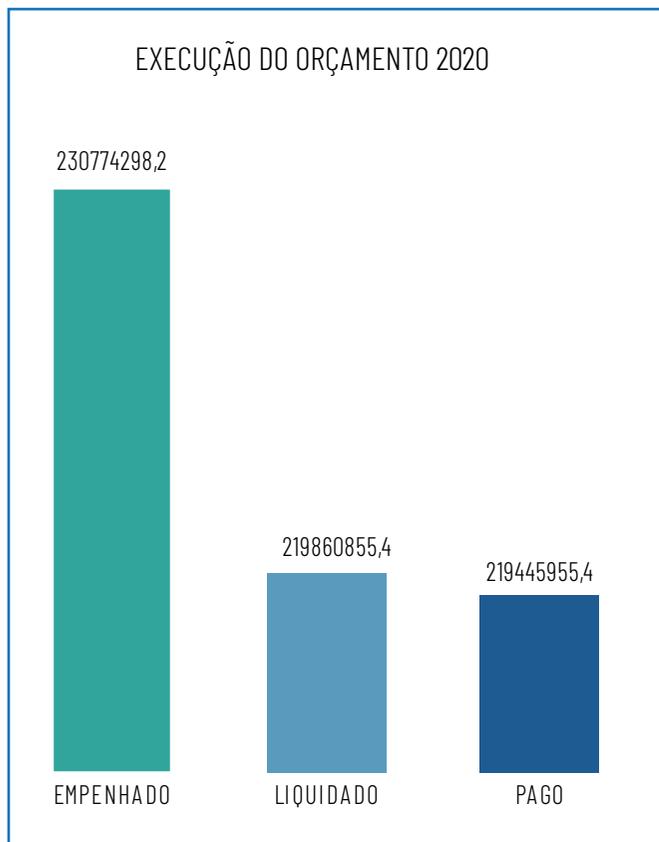
**Decréscimos = Créditos adicionais devolvidos ao TSE

Execução do orçamento 2020

Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
R\$ 230.774.093,65	98,37%	R\$ 219.860.855,42	93,72%	R\$ 219.445.955,36	93,54%

Gestão orçamentária e financeira

Perfil do gasto do órgão em 2020



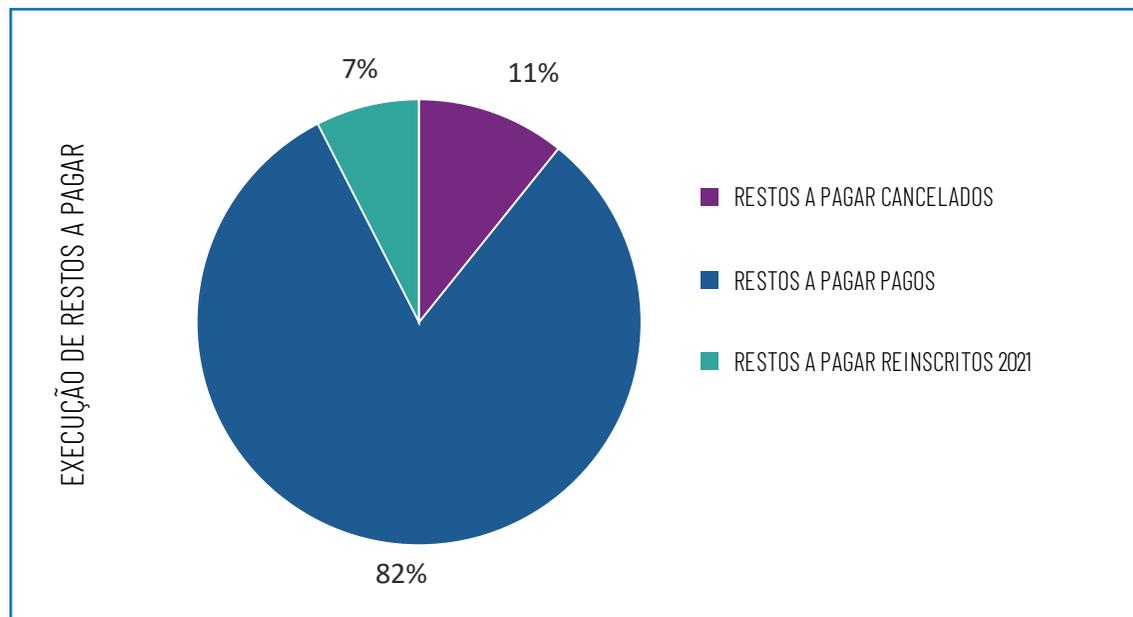
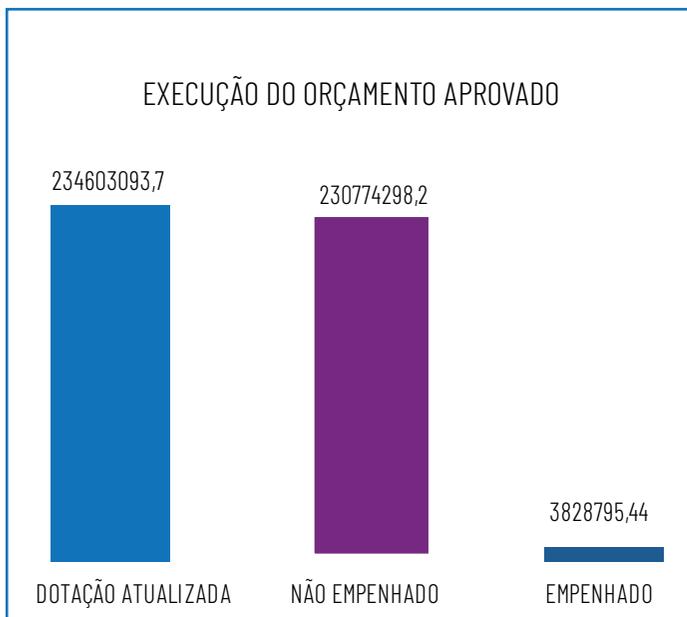
A execução orçamentária e financeira em do TRE - MA em 2020 foi a 12ª maior, dentre os Tribunais Eleitorais do País. Foi recebida a dotação de R\$ 234.603.094,65 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 230.774.298,20 milhões, liquidados R\$ 219.860.855,42 milhões e pagas despesas no montante de R\$ 219.445.955,36 milhões, valor esse equivalente a 93,54% do autorizado na LOA/2018.

A distribuição das despesas empenhadas foi realizada na seguinte forma: 77% com gastos de Pessoal e Encargos Sociais; 22% com Outras Despesas Correntes e 1% com Investimentos.

Gestão orçamentária e financeira

Despesas do TRE-MA por grupo

GRUPO DE DESPESA	2020					2019				
	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar pagos	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar pagos
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	177.582.285,81	176.938.864,95	174.458.489,92	174.458.329,28	79.346,25	168.173.529,97	165.693.060,73	165.585.772,14	165.585.772,14	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	53.402.633,84	51.040.294,92	45.021.975,39	44.607.235,97	2.221.765,58	39.469.924,00	38.229.269,55	35.310.020,15	35.285.732,80	7.513.563,20
INVESTIMENTOS	3.618.174,00	2.795.138,34	380.390,11	380.390,11	5.632.552,98	8.783.935,00	8.674.279,75	2.835.479,82	2.835.479,82	4.008.953,57
TOTAIS	234.603.093,65	230.774.298,21	219.860.855,42	219.445.955,36	7.933.664,81	216.427.388,97	212.596.610,03	203.731.272,11	203.706.984,76	11.522.516,77

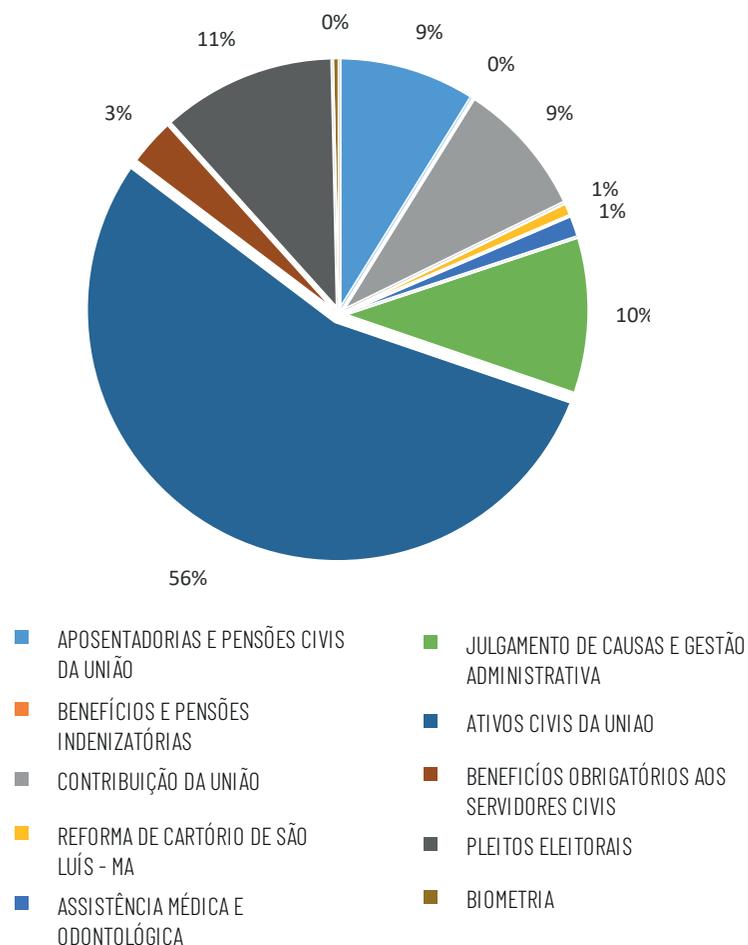


Gestão orçamentária e financeira

Despesas do TRE-MA por ação orçamentária

Ação Governo	Dotação atualizada (incluindo provisões)	Empenhado
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	21.050.951,00	20.791.418,30
BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS	14.246,00	12.534,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO	20.885.524,00	20.501.635,84
REFORMA DE CARTÓRIO DE SÃO LUÍS - MA	2.190.000,00	1.399.750,33
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.418.776,00	3.412.576,87
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	25.071.002,58	23.986.337,81
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	126.591.551,00	126.591.551,00
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS	7.496.169,00	7.270.218,82
PLEITOS ELEITORAIS	27.464.469,76	26.387.870,93
BIOMETRIA	420.404,31	420.404,31
TOTAL	234.603.093,65	230.774.298,21

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL EMPENHADO



Gestão orçamentária e financeira

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo 1	
Pessoal e Encargos Sociais	
Elemento de Despesa	Valor pago 2020
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.051.199,25
OBRIGACOES PATRONAIS	20.878.320,59
APOSENT.RPPS, RESERREMUNER. E REFOR.MILITAR	14.117.516,32
DEMAIS ELEMENTOS	19.411.293,12
TOTAL	174.458.329,28

Grupo 2	
Outras Despesas Correntes	
Elemento de Despesa	Valor pago 2020
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	10.134.236,20
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	6.903.166,83
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	6.214.750,81
DEMAIS ELEMENTOS	21.355.082,13
TOTAL	44.607.235,97

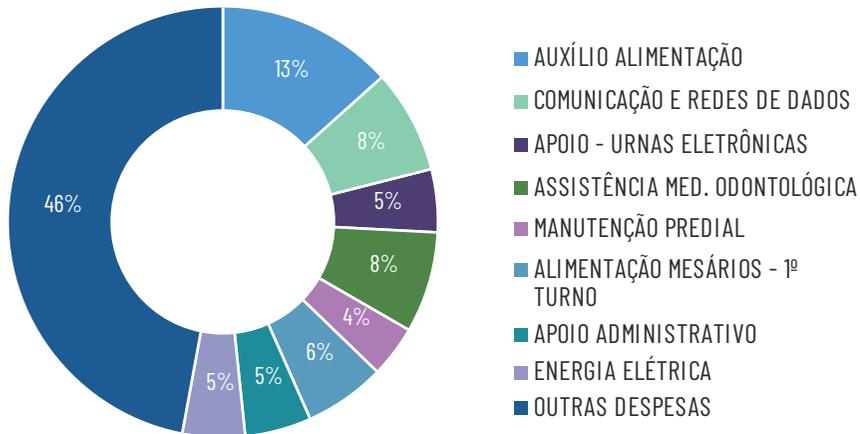
Grupo 3	
Investimentos	
Elemento de Despesa	Valor pago 2020
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	380.390,11
TOTAL	380.390,11

VALORES PAGOS EM 2020

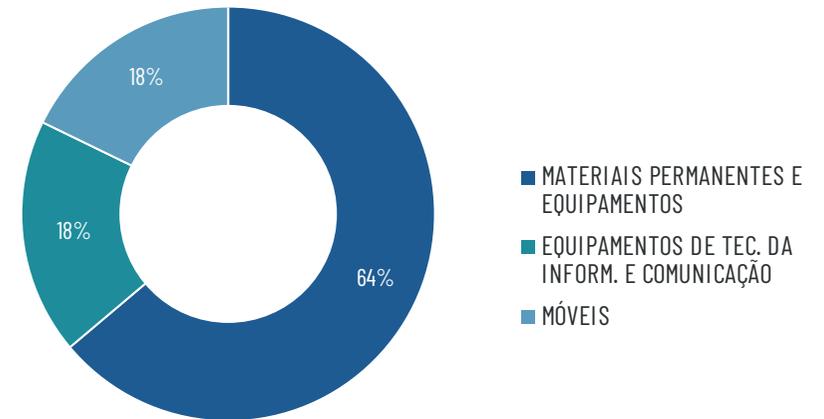


Gestão orçamentária e financeira

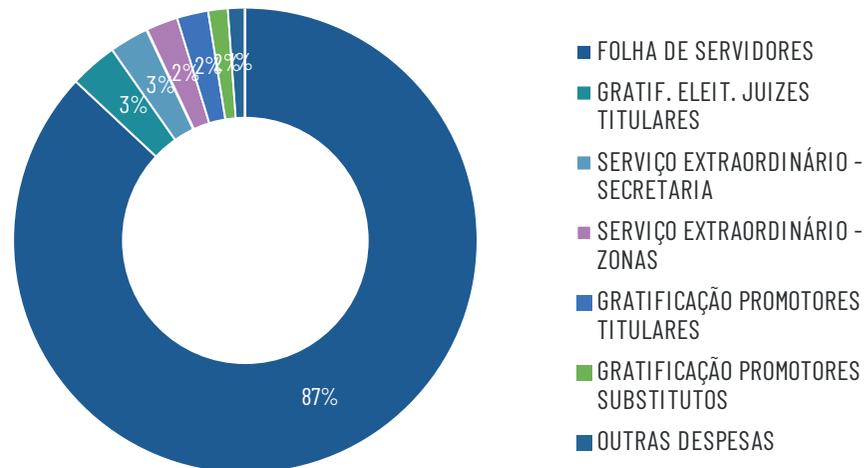
CUSTEIO (JULGAMENTO E CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA, PLEITOS E BIOMETRIA)



INVESTIMENTOS



DESPESAS DE PESSOAL



Gestão orçamentária e financeira

DESPESAS COM A ELEIÇÃO DE 2020



EXECUÇÃO DE PLEITOS 2020 X PLEITOS 2018

ANO DAS ELEIÇÕES					
2018			2020		
Valores disponibilizados	Valores executados	Percentual de execução	Valores disponibilizados	Valores executados	Percentual de execução
R\$ 33.814.257,47	R\$ 32.924.826,84	97,37%	27.464.469,76	26.387.870,93	96,08%

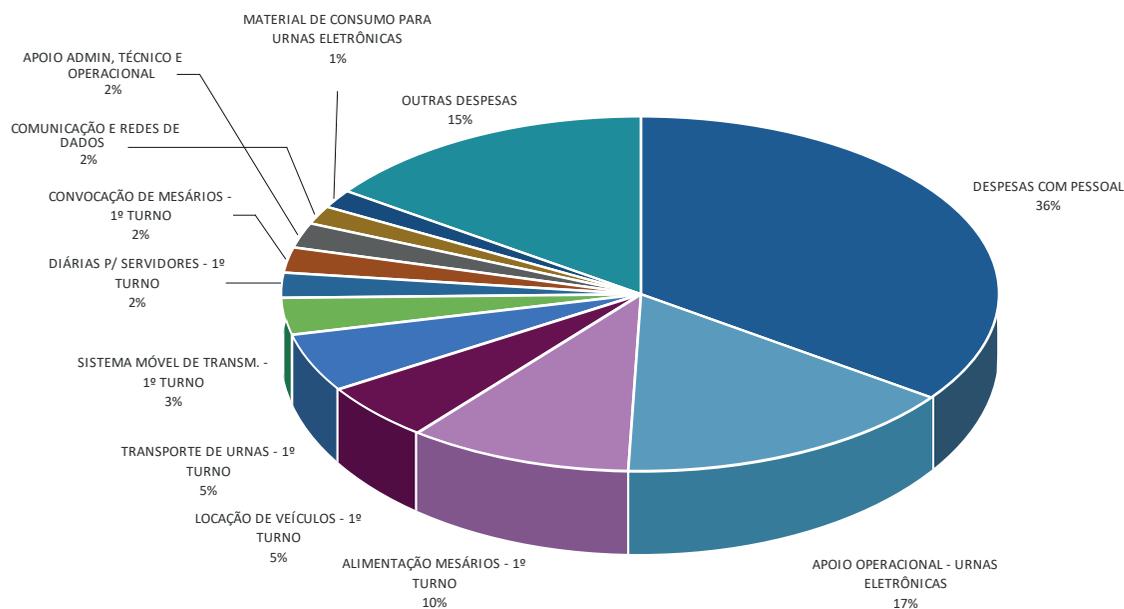
Gestão orçamentária e financeira

Total executado com a Eleição de 2020 R\$ 26.387.870,93

Custo da Eleição por eleitor em 2020 R\$ 5,54

Eleitorado 4.758.629

Custo da Eleição R\$ 26.387.871



Orçamento de pleitos eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral é o responsável pela dotação e descentralização do orçamento Eleitoral para todos os Tribunais Regionais. O orçamento disponibilizado para o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão para a realização das Eleições majoritárias de 2020 representa o nono maior orçamento recebido em relação aos demais Tribunais Regionais Eleitorais do país, perfazendo um custo total por eleitor de R\$ 5,54.

Em 2020 houve uma redução de 23,48% no custo por eleitor, em razão de redução de despesas como por exemplo: Treinamentos efetuados online, redução de passagens e diárias, despesas com energia elétrica, horas extraordinárias de terceirizados, redução no valor licitado no contrato de logística de urnas eletrônicas, entre outros, devido ao impacto da pandemia e a redução no período de preparação para as eleições de 2020.

Gestão orçamentária e financeira

Evolução das despesas por finalidade

DETALHAMENTO DAS MAIORES DESPESAS CORRENTES DE 2020

GRUPO DESPESA	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2020		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	5.974.713,46	5.974.713,46	5.974.713,46
	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	4.221.974,68	3.765.493,66	3.444.489,50
	APOIO OPERACIONAL - URNAS ELETRÔNICAS	4.085.534,36	2.072.907,71	2.072.907,71
	ASSISTÊNCIA MED. ODONT. - REEMB. ASSIST. MÉDICA	3.412.576,87	3.412.576,87	3.412.576,87
	MANUTENÇÃO PREDIAL	2.867.806,55	1.730.360,46	1.730.360,46
	ALIMENTAÇÃO MESÁRIOS - PRIMEIRO TURNO	2.667.084,81	2.667.084,81	2.667.084,81
	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	2.559.903,81	2.271.300,13	2.267.035,86
	ENERGIA ELÉTRICA	2.266.571,74	2.084.980,40	2.084.980,40
	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.913.714,23	1.802.220,78	1.802.220,78
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.546.962,33	1.398.700,59	1.397.631,07
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.471.478,78	1.390.521,29	1.389.809,87
	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS - PRIMEIRO TURNO	1.417.399,82	1.417.399,82	1.417.399,82
	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	1.341.057,70	1.306.253,44	1.306.253,44
	TRANSPORTE DE URNAS - PRIMEIRO TURNO	1.327.428,08	1.326.697,26	1.326.697,26
	OUTRAS DESPESAS	13.966.087,70	12.400.764,71	12.313.074,66

Gestão orçamentária e financeira

GRUPO DESPESA	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2020		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PESSOAL - FOLHA DE SERVIDORES	154.025.644,68	151.612.072,63	151.611.911,99
	GRATIF. ELEIT. JUIZES TITULARES	5.895.011,76	5.895.011,76	5.895.011,76
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SERVIDORES SECRETARIA	4.882.035,62	4.815.232,64	4.815.232,64
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SERVIDORES ZE	3.857.363,01	3.857.363,01	3.857.363,01
	GRATIFICAÇÃO ELEIT. PROMOTORES TITULARES	3.845.031,85	3.845.031,85	3.845.031,85
	GRATIFICAÇÃO ELEIT. PROMOTORES SUBSTITUTOS	2.678.626,20	2.678.626,20	2.678.626,20
	SESSÕES ORDINÁRIAS - JUÍZES TITULARES	640.449,74	640.449,74	640.449,74
	GRATIFICAÇÃO ELEIT. JUÍZES SUBSTITUTOS	625.366,23	625.366,23	625.366,23
	JETONS - JUÍZES TITULARES	150.005,67	150.005,67	150.005,67
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. TITULARES	100.003,78	100.003,78	100.003,78
	OUTRAS DESPESAS	239.326,41	239.326,41	239.326,41
INVESTIMENTOS	REFORMA DO FÓRUM ELEITORAL DE SÃO LUÍS-MA	1.399.750,33	0,00	0,00
	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	699.315,06	242.922,16	242.922,16
	EQUIPAMENTOS DE TEC. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO	628.668,45	70.063,45	70.063,45
	MÓVEIS	67.404,50	67.404,50	67.404,50

Gestão orçamentária e financeira

Despesas por modalidade de contratação em 2020

TODAS - EXCETO DESPESAS DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E DIÁRIAS		
EXERCÍCIO	2020	
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPEZA EMPENHADA	DESPEZA PAGA
TOMADA DE PREÇO	1.399.750,33	0,00
DISPENSA DE LICITACAO	2.085.868,21	1.943.090,49
INEXIGIBILIDADE	3.398.973,96	2.990.435,32
NAO SE APLICA	3.868.820,78	3.868.267,66
SUPRIMENTO DE FUNDOS	423.266,42	423.266,42
PREGAO	30.211.316,07	23.315.128,70
TOTAL	41.387.995,77	32.540.188,59

TODAS - EXCETO DESPESAS DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E DIÁRIAS		
EXERCÍCIO	2020	
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPEZA EXECUTADA	DESPEZA PAGA
NAO SE APLICA	176.938.864,95	174.458.329,28
TOTAL	176.938.864,95	174.458.329,28

TODAS - EXCETO DESPESAS DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E DIÁRIAS		
EXERCÍCIO	2020	
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPEZA EXECUTADA	DESPEZA PAGA
NAO SE APLICA	10.695.329,69	10.695.329,69
TOTAL	10.695.329,69	10.695.329,69

TODAS - EXCETO DESPESAS DE PESSOAL, BENEFÍCIOS E DIÁRIAS		
EXERCÍCIO	2020	
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPEZA EXECUTADA	DESPEZA PAGA
NAO SE APLICA	1.752.107,80	1.752.107,80
TOTAL	1.752.107,80	1.752.107,80

Gestão orçamentária e financeira

Desempenho dos indicadores de Gestão

De forma geral, considerando o contexto e as circunstâncias enfrentadas desde a edição da EC95/2016, podemos afirmar que a execução física e orçamentária das ações sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Maranhão ocorreu com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponibilizados pela União.

O Tribunal superou a meta estipulada para o indicador de “aderência ao planejamento” devido ao controle de distribuição do orçamento de acordo com a proposta orçamentária aprovada e pela criteriosa informação de disponibilidade orçamentária para cada despesa solicitada pelos gestores

O percentual de 74% atingido para “perdas orçamentárias”, acima da meta inicial ocorreu devido a problemas com processos licitatórios decorrentes da pandemia de COVID/19. A pandemia também gerou uma economia inesperada em processos licitatórios e em

alguns casos os recursos não puderam ser reaproveitados em razão da insuficiência de tempo para nova licitação.

A execução orçamentária e financeira deste Tribunal, ainda precisa melhorar o “indicador de pagamentos”, que está aquém da meta estabelecida pelo TSE. Um grande objetivo desta Administração é reduzir os valores inscritos em restos a pagar no final de cada exercício por meio de políticas que minimizem a inscrição de saldos desnecessários com o controle de saldo de contratos ao final do exercício e agilização de pagamento de faturas pendentes. Este ano com a pandemia e o processo eleitoral ocorrido em 2020, a tarefa desempenhada pelos gestores de contratos tornou-se mais difícil. Mesmo assim, a Administração buscou, durante todo o exercício, adiantar seus processos licitatórios, para que fosse possível o empenho e o pagamento das despesas no mesmo exercício financeiro.

INDICADOR DE APOIO

INDICADOR	PERIODICIDADE	DESEMPENHO JANEIRO - JULHO	DESEMPENHO JANEIRO - DEZEMBRO	METAS - 2020
INDICADOR DE ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO	ANUAL	79,9%	82,3%	79,3%
INDICADOR DE PERDAS OCC	ANUAL	24,2%	74%	6,5%
INDICADOR DE VALORES PAGOS	QUADRIMESTRAL	45,6%	76,7%	93,0%

Gestão orçamentária e financeira

Inovações, desafios e ações futuras

DESAFIOS

Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Secretaria e de todas as zonas eleitorais do estado, a despeito do cenário econômico desfavorável, e ainda buscando minimizar os efeitos da pandemia sobre o controle dos gastos e das restrições financeiras;

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do TRE - MA;

Reduzir ao mínimo, o percentual de "perdas orçamentárias", e de despesas inscritas "em restos a pagar", mantendo ao mesmo tempo a aderência ao planejado na proposta orçamentária.

INOVAÇÕES

Aprimoramento do Programa de Acompanhamento Orçamentário - ACOR.

Essa ferramenta, permite aos gestores acompanhar a execução do orçamento, do saldo disponível, empenhos emitidos e pagamentos realizados. Além disso, permite o acompanhamento detalhado dos valores empenhados em cada contrato, bem como dos pagamentos efetuados, com atualização semanal.

AÇÕES FUTURAS

Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;

Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas contínuas do Tribunal;

Conhecer e aplicar "boas práticas" dentre os Tribunais Eleitorais e do TSE, na área de economicidade orçamentária;

Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização das práticas implementadas;

Conscientizar todos os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade;

Implantar o sistema de BI para o acompanhamento orçamentário, adiado em razão da pandemia e do processo eleitoral de 2020.

Gestão de custos



A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2020, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 16, e parágrafo único do mesmo art. 16.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União - TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada "Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC". A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à previsão legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar na supressão dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Gestão de custos

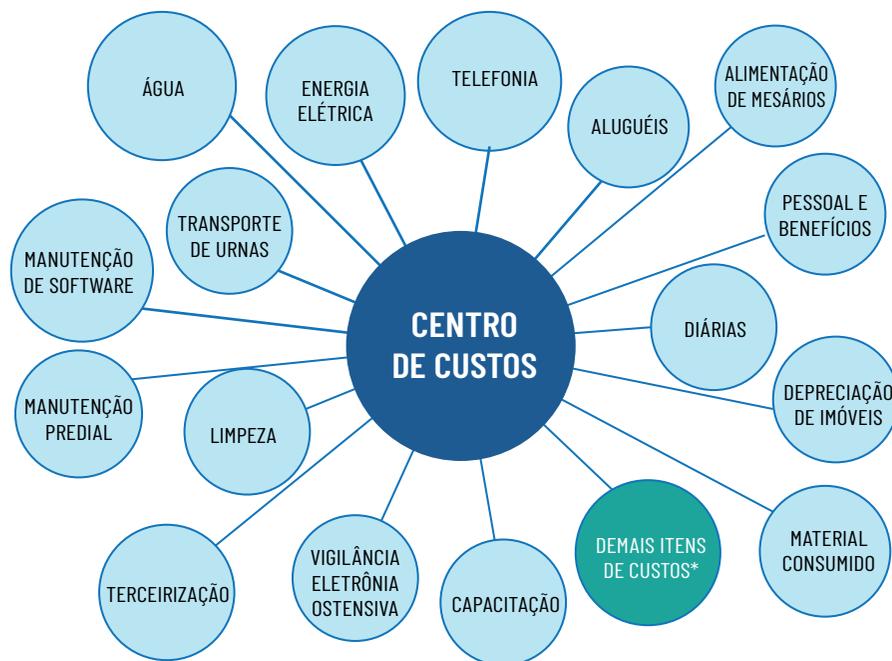
O FLUXO DO PROCESSO OCORRE DA SEGUINTE MANEIRA:

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos - SIGEC", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: "Itens de Custos" e "Atividades/Serviços".

No eixo dos "Itens de Custos", procura-se responder à questão "Com o quê?", e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 45 itens de custos

Gestão de custos

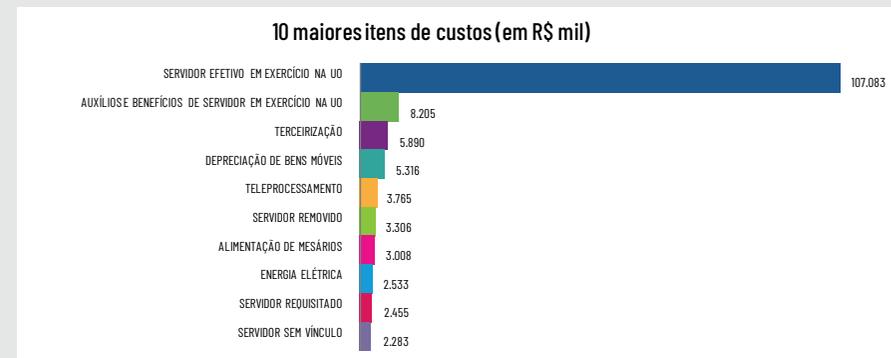
No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



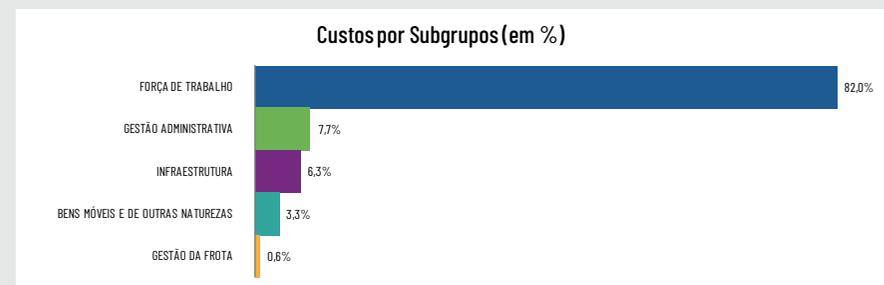
*Pode-se ter até 10 ATIVIDADES/SERVIÇOS, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2020, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

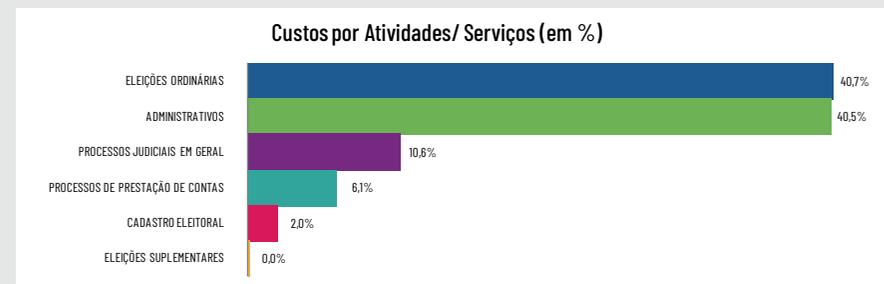
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão no exercício de 2020, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

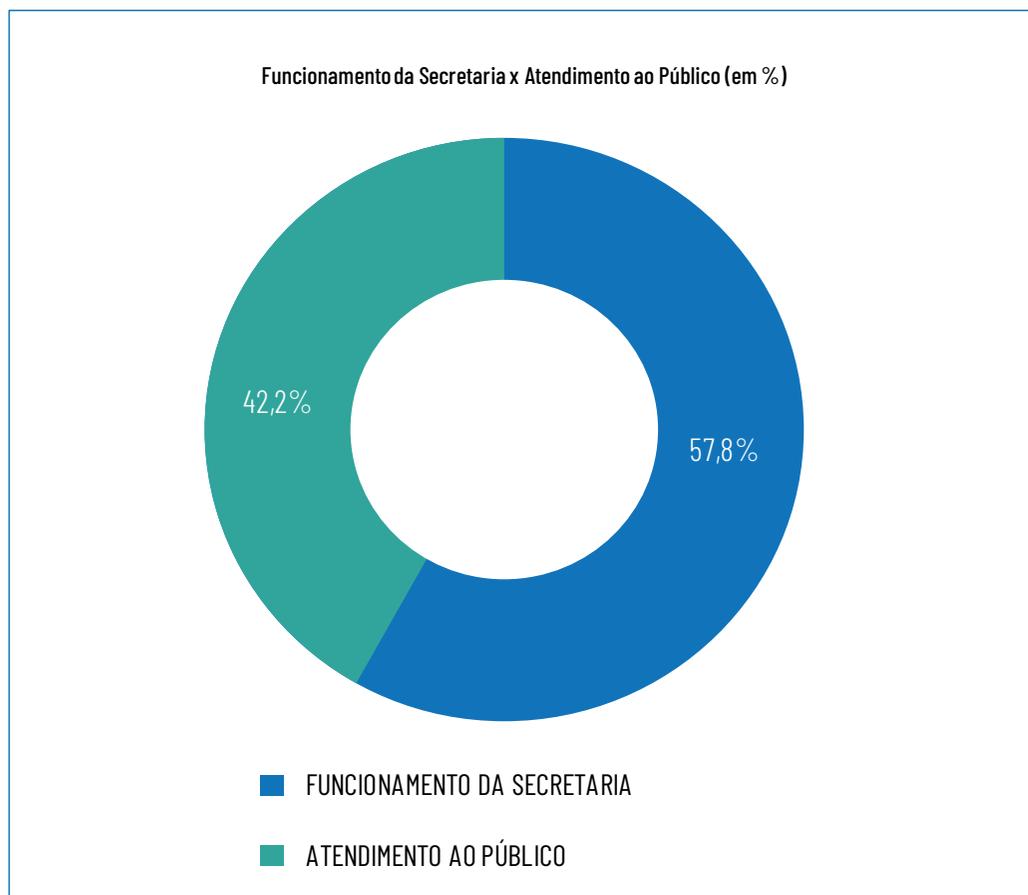


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Gestão de custos

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

6 Relacionamento com a Sociedade

Principais canais de comunicação



Redes sociais

 www.tre-ma.jus.br

 @tremaranhao

 @TRE_MA

 TRE-MA - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Sede



Av. Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha



Funcionamento: 13h às 19h



(98) 2107- 8888

Ouvidoria

Site

<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoriaformulario-de-registro-de-manifestacao>

Email

ouvidoria@tre-ma.jus.br

Ligação Gratuita

0800 098 5000

Carta

Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP 65010-917

Pessoalmente

Agende uma visita através dos nossos telefones e compareça no endereço abaixo:
Av. Senador Vitorino Freire, bairro Areinha, São Luís - MA

Horário de funcionamento

8h às 18h

Cartas de Serviços ao Cidadão

<http://www.tre-ma.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos>

Zonas Eleitorais

<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais>

COMUNICAÇÃO COM A IMPRENSA



Mailing - Entrevistas - Entrevistas coletivas
Sala de imprensa - Site - Whatsapp
Email - Telefone - Celular institucional

Ouvidoria Eleitoral



Ações implementadas/deliberações/propostas/tratativas

Criação de uma força tarefa da Ouvidoria, com apoio de servidores de outros setores deste Tribunal, para enfrentar a demanda recorde de atendimentos motivada pelas dúvidas e inquietações do eleitorado em razão da pandemia de COVID-19 no primeiro e segundo das eleições.

Participamos de cinco reuniões virtuais do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral e-COJE para tratar da realização das eleições 2020 e outros temas conexos, por meio da plataforma Google Meet.

Participamos do “1º Encontro CNJ de Ouvidorias do Poder Judiciário”, realizado de forma virtual, nos dias 15 e 16 de dezembro, por meio da plataforma Cisco Webex.

Participamos do “Seminário Virtual Eleições Municipais 2020”, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 13/11/2020, por meio da plataforma Cisco Webex..

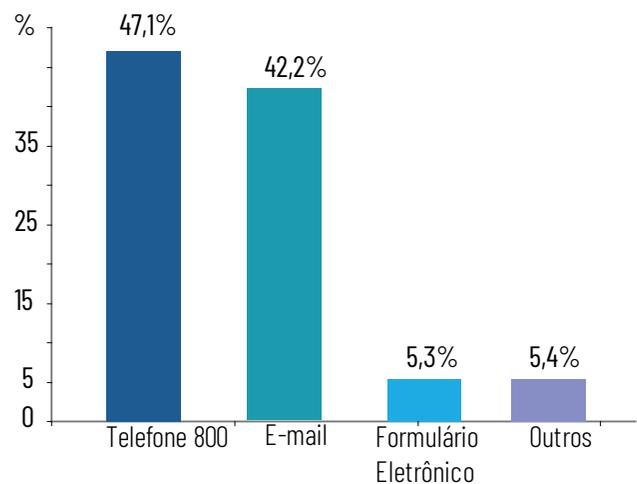
Participamos do “Seminário Virtual Democratizando o acesso à Justiça”, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em 30/07/2020, por meio da plataforma Cisco Webex.

Participamos do “I ENCONTRO VIRTUAL DOS SERVIDORES DAS OUVIDORIAS ELEITORAIS, realizado pelo Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral em 18/9/2020, por meio da plataforma Google Meet.

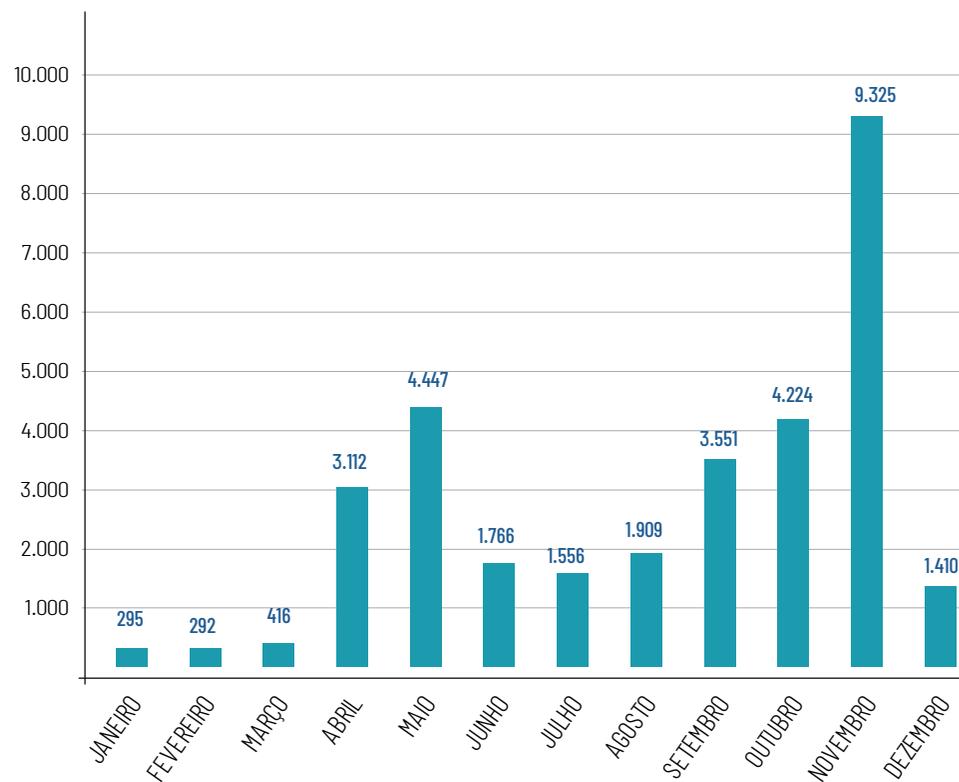
Participamos do “III ENCONTRO NACIONAL DE OUVIDORES ELEITORAIS”, realizado pela Ouvidoria Eleitoral do Ceará e pelo Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral em 13/3/2020.

Ouvidoria Eleitoral

PRINCIPAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO



ATENDIMENTOS



MANIFESTAÇÕES POR TIPO



Educação Política

AÇÕES REALIZADAS PELA EJE/MA
EXERCÍCIO 2020



Embora o ano de 2020, infelizmente, tenha sido marcado pela Pandemia da COVID 19, na qual o cenário impôs o isolamento social e restrições de ações presenciais para evitar o contágio e propagação do vírus, em atenção à sua missão a EJE adotou soluções estratégicas para manutenção das suas atividades. O meio digital, virtual foi a fórmula segura e saudável encontrada para cumprir o calendário institucional da unidade, incorporado às práticas laborais.

EVENTOS JURÍDICOS

01

Congresso Nacional de Direito Eleitoral "Democracia, Eleições Municipais e Pandemia"

com foco nas recentes normas aplicadas às Eleições de 2020 tratou sobre relevantes temas eleitorais. Contou com 5.006 (cinco mil e seis) inscritos.

Evento realizado por vídeo conferência, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do TSE e em promoção com outras entidades como a ABRADep, OAB-MA, UFMA, UEMA e CEUMA. Meio de divulgação utilizado: Plataforma Zoom e Canal do TRE/MA no YouTube, em 08.06.2020.

02

Congresso Estadual Eleitoral - Democracia, Pandemia e Eleições

Reuniu mais de 200 inscritos e debateu sobre temas atuais do processo eleitoral como:

- Abuso de Poder nas Eleições;
- Propaganda Eleitoral em tempos de pandemia: um novo normal?
- As novas demandas nas ações eleitorais cíveis: AIJES e AIMEE em 2020
- O infeliz caráter transitório das decisões dos TREs.

Realizado em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão. Meio de divulgação utilizado: Canal do TRE/MA no YouTube, em 19.10.2020.

Educação Política

03

WEBINÁRIO: Participação Institucional Feminina e os desafios para equidade de gênero no Poder Judiciário

que teve como mediadora a Diretora da EJE/MA, Juíza Lavinia Helena de Macedo Coelho. Realizado em 04 de agosto de 2020. Meio de divulgação utilizado: Canal ESMAM EAD no Youtube.

04

Live no instagram sobre o papel da mulher na política.

Bate papo da Juíza Lavinia Helena Macedo Coelho, Diretora da EJE/MA, Coordenadora da Comissão TRE-Mulheres com a jornalista Franci Monteles da Inspirar Comunicação.

Objetivo: Reflexões e debate sobre a baixa representatividade da mulher na política. Em 12 de agosto de 2020.

Local: perfil @franci_monteles do instagram.

05

Evento digital: condutas vedadas em tempos de pandemia e cotas de gênero.

A ação teve como palestrante a Procuradora Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Silvana Batini Cesar Góes, contou com o apoio da EJE/MA e com a mediação da juíza Lavinia Coelho, Diretora da EJE. Transmitido pelo canal ESMAM EAD no Youtube, em 20 de agosto de 2020.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

01 Ações Cíveis Eleitorais em EAD

Credenciado pela ENFAM e elaborado pela EJE/MG, direcionado à capacitação de juizes eleitorais, com acompanhamento de tutoria e carga horária de 20 horas, servindo, inclusive, para fins de promoção e vitaliciamento do segmento. 120 vagas oferecidas (Período de realização, entre 22.06 e 10.07).

02 Registro de Candidaturas em EAD

Credenciado pela ENFAM, formatado pelo Projeto de Colaboração Nacional entre Escolas Judiciais Eleitorais, voltado à capacitação de juizes eleitorais que operaram nas Eleições 2020. Com acompanhamento de tutoria e carga horária de 20 horas, servindo, inclusive, para fins de promoção e vitaliciamento do segmento. Foram oferecidas 75 vagas (Execução de 17 a 28 de agosto).

03 Prestação de Contas Eleitorais em EAD

Credenciado pela ENFAM, elaborado pela EJE/MG e formatado pelo Projeto de Colaboração Nacional entre Escolas Judiciais Eleitorais, visou à capacitação de juizes eleitorais que atuaram com a matéria nas Eleições 2020. 40 vagas oferecidas. Com acompanhamento de tutoria e carga horária de 20 horas, servindo, inclusive, para fins de promoção e vitaliciamento do segmento. (Execução de 30.11 a 15.12).

Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem do Moodle da EJE/TSE.

Educação Política

INDICAÇÃO DE EVENTOS JURÍDICOS EXTERNOS

A unidade divulgou durante o ano aos servidores da Secretaria do tribunal e de zonas eleitorais informações sobre a abertura de inscrições, de eventos jurídicos on line, de cunho eleitoral, realizados por escolas judiciais e órgãos parceiros, a exemplo de Lives, Webinar, Congressos e Seminários Virtuais. Objetivo: Contribuir para o aprimoramento do trabalho de juízes e servidores. Meio utilizado: correio eletrônico da EJE do TRE-MA (e-mail).

MATERIAL DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

Durante todo o exercício foram sugeridas leituras pela EJE, de conteúdos digitais, elaborados por escolas e órgãos parceiros, na forma de cartilhas, guias, manuais e informativos, que foram divulgados para as zonas eleitorais, acerca das regras aplicáveis ao pleito e ao processo eleitoral, tais como, convenções, registro de candidatura, propaganda eleitoral, prestação de contas e condutas vedadas aos agentes públicos, com vistas ao aprimoramento do trabalho de juízes e servidores. Meio utilizado: correio eletrônico da EJE do TRE-MA (e-mail).

GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

As ações de promoção ao eleitor, também, tiveram o seu curso presencial prejudicado por conta da pandemia do Novo Coronavírus no ano de 2020. Para driblar tal desafio, com o fito de alcançar o respectivo público alvo, a unidade teve de readaptar novas formas de atividade como:

01

Envio de informações, no formato de tirinhas e figuras, para esclarecer de forma lúdica os eleitores das Zonas Eleitorais. A unidade recomendou a afixação do material nas dependências do Cartório Eleitoral, com o objetivo de estimular o espírito democrático e de cidadania local, assim como combater notícias falsas. Meio de divulgação utilizado: Correio eletrônico institucional da EJE do TRE-MA, em 09.10.2020.

02

Envio de informações sobre evento virtual de cidadania aos Diretores de Escola Pública e Privada da Capital, para divulgação nos grupos de Whatsapp dos alunos das respectivas unidades de ensino, com o objetivo de estimular a participação dos jovens na política e incentivar o comparecimento às urnas nas eleições de 2020. Canal utilizado: Rede Social Whatsapp, em 06.11.2020.

Audiências Públicas

17 AGO

Projeto Ciclo de Palestras pretende levar informações relevantes ao público interessado nas eleições 2020

28 AGO

Próxima data do Ciclo de Palestras é dia 2 de setembro, às 9h

02 SET

Especialistas proferem palestras destacando principais mudanças na legislação para as eleições 2020

11 SET

Ciclo de Palestras promove debates importantes como inelegibilidades e participação feminina

18 SET

Último dia do Ciclo de Palestras promovido pela Justiça Eleitoral do Maranhão

22 SET

Ciclo de Palestras permitiu debates sobre as regras para as eleições 2020

30 SET

Audiência pública para elaboração de plano de mídia referente à propaganda eleitoral no rádio e televisão de São Luís

01 OUT

Eleições 2020: TV e Rádio Mirante gerarão a propaganda eleitoral em São Luís

Cultura e memória

Através da Resolução nº 9.026, de 14 de dezembro de 2016, inaugurado pelo Presidente Desembargador Lourival Serejo, o Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral está localizado no térreo do prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral, que fica na Avenida Vitorino Freire, s/n, bairro da Areinha, São Luís, cuja finalidade é recuperar, organizar e divulgar informações sobre a Justiça Cidadã.

Como nos demais Estados da Federação, no Maranhão a história do TRE confunde-se com a própria política da cidadania local se fez presente por meio da atuação deste Tribunal, que, ao longo dos anos procurou desenvolver ações em prol de uma cultura de valorização e preservação dos documentos relevantes.

Entre outras atribuições, destacam-se, por ser de importância relevante, a partir do contato com essas informações históricas, a difusão, a compreensão e a importância do papel da Justiça no processo eleitoral.

Em 14 de dezembro de 2018 foi inaugurada o Portal da Memória no mandato do Presidente Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

No intuito de preservar e divulgar a Memória Institucional, as sucessivas presidências desta Casa Eleitoral encontraram no reconhecimento da cultura de conservação histórica a ideia de que a valorização do passado representa verdadeiro modelo de gestão estratégica, sendo esta, doravante, uma das principais metas da Corte Eleitoral maranhense.

<http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/memoria-da-justica-eleitoral-do-maranhao>





Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Relato Integrado 2020



www

www.tre-ma.jus.br



@tremaranhao



@TRE_MA



TRE-MA - Tribunal Regional
Eleitoral do Maranhão